



ESTER ALMEIDA CARNEIRO DA CUNHA

**OS GUARDIÕES DA INFORMAÇÃO: A MÍDIA COMO ATOR NO AMBIENTE  
DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA.**

João Pessoa

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ESTER ALMEIDA CARNEIRO DA CUNHA

**OS GUARDIÕES DA INFORMAÇÃO: A MÍDIA COMO ATOR NO AMBIENTE  
DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para a conclusão do  
Curso de Graduação em Relações  
Internacionais da Universidade Federal da  
Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira

João Pessoa

2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

C972g Cunha, Ester Almeida Carneiro da. Os Os  
guardiões da informação: a mídia como ator no  
ambiente de formulação da política externa / Ester  
Almeida Carneiro da Cunha. - João Pessoa, 2018.  
82 f. : il.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Mídia. 2. Política Externa. 3. Revista Veja. 4.  
Revista Carta Capital. I. Ferreira, Túlio Sérgio  
Henriques. II. Título.

UFPB/CCSA

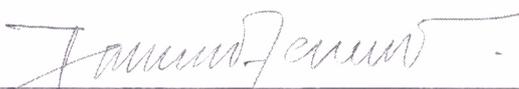
**ESTER ALMEIDA CARNEIRO DA CUNHA**

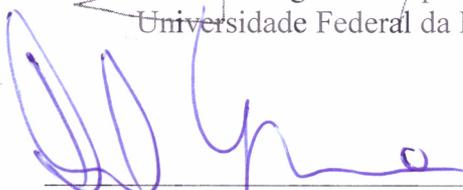
**OS GUARDIÕES DA INFORMAÇÃO: A MÍDIA COMO ATOR NO AMBIENTE DE  
FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA**

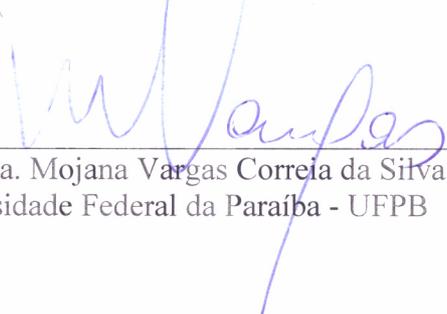
Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais

Aprovado (a) em 01/11/2018

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira (Orientador)  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Daniel de Campos Antiquera  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Ma. Mojana Vargas Correia da Silva  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

## RESUMO

A rapidez dos avanços tecnológicos ocasionaram drásticas diminuições nos custos do processo e transmissão de informação, contudo a academia de Relações Internacionais pouco avançou nos estudos sobre mídia e política externa. Os meios de comunicação são atores autônomos e poderosos em meio ao jogo político, possuindo papel quase que exclusivo como “*gatekeepers*” da informação que é passada ao público. Busca-se uma análise que estude o lugar da mídia na sociedade brasileira e suas relações com o Estado, por isso o presente trabalho tem como objetivo ilustrar a diferença no tratamento dado por linhas editoriais distintas à política externa brasileira durante os dois mandatos do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). A primeira parte corresponde a uma análise teórica sobre o subcampo de estudos nas Relações Internacionais, o de Análise de Política Externa, abordando as mais variadas perspectivas, fornecendo semelhanças e peculiaridades. A segunda descreve brevemente a estrutura de comunicação do Brasil, com foco para o papel das revistas *Veja* e *Carta Capital*, escolhidas devido a suas posições importantes dentro do sistema de informação brasileiro e suas conhecidas ideologias políticas. Por fim tem-se uma comparação sobre a maneira como as duas revistas tratam a política externa. Uma vez que possuem linhas editoriais distintas, tem-se a hipótese de que as duas revistas apresentam o tema de política externa de maneira diversa.

Palavras-chave: Governo Lula; Política Externa; Mídia.

## ABSTRACT

The velocity of technological advances led to drastic decreases in process and transmission costs of information, but the International Relations Academy did little advance in media and foreign policy studies. The media is an autonomous and powerful actor amid the political game, possessing almost exclusive role as gatekeepers of the information that is transmitted to the public. This study seeks to analyse the place of the media in Brazilian society and its relations with the State, so the present work aims to illustrate the difference in the treatment given by different editorial lines to Brazilian foreign policy during the two mandates of the government of Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). The first part of this work corresponds to a theoretical analysis on this subfield of studies in the International Relations, the Foreign Policy Analyses, approaching the most varied perspectives, providing similarities and peculiarities. The second briefly describes Brazil's communication structure, focusing on the role of *Veja* and *Carta Capital*, chosen because of their important positions within the Brazilian information system and its well-known political ideologies. Finally, a comparison is made of how the two journals deal with foreign policy. Since they have different editorial lines, the hypothesis is the two journals present the foreign policy theme in a different way.

Key-words: Lula Government; Foreign Policy; Media.

## Sumário

Agradecimentos .....	8
Introdução .....	10
1: Mídia e Relações Internacionais .....	13
1.1 Opinião Pública e Política Externa.....	20
1.2 MIP (Most Important Problem Question) .....	22
2: Histórico da comunicação de massa .....	31
2.1 Mídia no Brasil.....	32
2. 2 O lugar da Veja e da Carta Capital no cenário midiático brasileiro.....	36
3: Veja e Carta Capital .....	40
3.1 O caso da Veja .....	41
3.2 O Caso da Carta Capital .....	53
3.3 Comparação .....	64
Conclusão .....	74

“Aos meus pais Silvio e Eva que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. Amo vocês.”

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus por todas as portas que foram abertas e fechadas ao longo dos anos e porque até aqui me ajudou. Aos meus pais, Silvio Carneiro e Eva Almeida, por me ensinarem o caminho certo, sempre com carinho, sonhando juntos. Aos meus irmãos, Benjamin Cunha e Judá Cunha por me manterem sempre alegre.

À minha avó Wilma Ximenes, que com muita paciência e carinho revisou o presente trabalho de forma magistral.

Aos meus queridos mestres que se dedicaram durante esses anos, em especial, ao Professor Túlio Ferreira por todo o apoio, paciência e dedicação na orientação dessa monografia.

Aos meus amigos que me deram suporte necessário para o desenvolvimento do trabalho, especialmente Giovanna Matusso pelo apoio na pesquisa.

“Comunicação de massa é um empreendimento humano. E o comportamento humano é fascinantemente complexo. A experiência de décadas de construção e modelagem frustrante de uma teoria é a prova da grande complexidade tanto de influências da mídia quanto de gratificações da audiência” (Eugene F. Shaw, 1979).

## Introdução

Ao se iniciar o século XXI, o sistema internacional estava marcado por modificações significativas nas tecnologias da informação. Castells (2008) considera que tal fato contribuiu para modificar as bases materiais da sociedade internacional, que estaria vivendo conformação de ‘interdependência global’ inédita. As relações produzidas entre economia, sociedade e Estado geraram novas tecnologias da informação ao mesmo tempo em que eram e são transformadas pelas mesmas. Esta é relação complexa que não cabe simplificação, pois

“[é] claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo”. (CASTELLS, 2008, p.43)

A mídia, antes, não era levada a sério pelos *policy makers* devido à crença de que a diplomacia era considerada assunto que deveria ser tratado de maneira muito séria, estando fora do escopo de entendimento das “pessoas comuns”. Neste sentido, não deveria ser assunto dos meios de comunicação. Tal situação - a de que a mídia não estava fazendo seu papel jornalístico da melhor maneira possível - foi diagnosticada já no início do século passado e ficou conhecida como “combate a incêndios” ou “jornalismo paraquedas”, ou seja, uma atenção esporádica e uma transmissão inconsistente dos fatos internacionais ou até mesmo dos relativos à política doméstica:

“O que aconteceu na imprensa? Nós vemos uma série de eventos relatados com grande plenitude; começamos a ler sobre eles. No dia seguinte a história continua, e nós lemos com interesse; mas no dia seguinte, alguma preocupação doméstica aparece ... E a notícia estrangeira é retirada, a história pára, e o país tem a impressão de que a questão particular acabou. O que pode não ser de toda verdade” (Arthur Ponsonby *apud* Taylor, 2002, p. 61).

Mesmo com tal descrença ou certo preconceito por parte dos grupos políticos, a mídia continuou, ao longo do século, como um reflexo das grandes potências, principalmente durante a Guerra Fria, refletindo a agenda dos Estados Unidos e da União Soviética, o que restringiu bastante a maneira como as notícias eram passadas para o ambiente doméstico. Atualmente, essa transmissão ocorre de forma diferente: a notícia não necessariamente segue os regimentos das grandes potências, podendo ter enfoque regional

ou até mesmo ser formada uma rede de comunicação, de âmbito regional ou local, com o intuito de fazer frente àquelas comandadas pelas potências (Taylor, 2002).

A rapidez dos avanços tecnológicos ocasionaram drásticas diminuições nos custos do processo e transmissão de informação. Na era da informação, assim caracterizada por Keohane e Nye (1977), o poder pode se concentrar naqueles que sabem editar e validar informações, que podem identificar o que é correto e importante em meio ao turbilhão de notícias. Nesse contexto, a credibilidade se torna crucial e as assimetrias formadas se tornam fontes de poder. Tem-se o “paradoxo do muito”: com a abundância atual de informações, a credibilidade de um país se torna um mecanismo de *soft power* importante. Tendo tal complexidade em mente, observa-se a centralidade da produção, transmissão e aquisição da informação em todas as áreas da atividade dos homens, podendo-se defender sua importância como variável nas análises das ciências sociais, e como aponta Piers Robinson (2003), crucial na pesquisa sobre opinião pública e política externa, mesmo sendo muitas vezes ignorada, limitando a pesquisa.

De acordo com Herman e Chomsky os meios de comunicação de massa servem como um sistema para comunicar mensagens e símbolos para a população em geral, sendo sua função: “Divertir, entreter, informar e inculcar os indivíduos com os valores, crenças e códigos de comportamento que os integrem nas estruturas institucionais da sociedade mais ampla.” (2002, p.1). Ou seja, partindo do pressuposto de que a mídia é “uma marca da interação moderna” (Nogueira 2012 apud Thompson 1998), na medida em que diferentes agentes sociais se utilizam da comunicação em massa como uma forma de transmitir os seus discursos, tornar conhecidos temas do seu interesse, expressar crenças e posicionamentos, que chegam ao público e deixam marcas na construção da opinião pública - a mesma se apresenta como um importante ator dentro da sociedade.

Além de sua importância como um ator (que pode agir de forma independente e influenciar ou até mesmo manipular), a mídia também pode ser representada como um objeto (utilizado por outros atores, sejam políticos, empresários, grupos de interesse, população em geral para fazer valer seus interesses e valores, ou simplesmente para o consumo da mídia pronta) pela sociedade. Nesse sentido, “os meios de comunicação de massa podem ser entendidos como importantes agentes sociais envolvidos em processos de construções cognitivas coletivas, uma vez que veiculam em larga escala discursos interessados” (NOGUEIRA, 2012, p.118) que funcionam como meios para reverberar os

temas e as agendas daqueles que possuem poder para fazer com que seus interesses sejam transmitidos por esses novos meios.

Com o crescente processo de flexibilização das tradicionais fronteiras entre os Estados, é mais fácil o acesso à informação, o fluxo de capitais e o intercâmbio de ideias entre nacionalidades distintas. Para Lessa e Gavião, este fenômeno comunicacional provê acesso mais intenso aos temas internacionais, fato que pode repercutir na política externa dos países. Assim, observa-se que especialistas e Estados passam “a repensar suas estratégias diplomáticas dando lugar ao surgimento das denominadas *media diplomacy*, *digital diplomacy* e *cyber diplomacy*” (2011, p. 53-54), além de outros modelos teóricos. Entretanto estudos sobre esse assunto são escassos, principalmente no Brasil o qual sofre até mesmo de falta de dados atuais que possam embasar pesquisas mais aprofundadas.

Com o intuito de preencher tal lacuna nos estudos sobre mídia e política externa no Brasil e oferecer dados iniciais que possam servir de base para outros estudos sobre o tema, o presente trabalho tem como objetivo ilustrar a diferença no tratamento dado por linhas editoriais distintas à política externa brasileira durante os dois mandatos do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), ou seja, analisar de forma qualitativa e quantitativa as como a temática da Política Externa é abordada pelas revistas VEJA e Carta Capital e transmitida à sociedade. Não se pretende analisar a causalidade das variáveis ou de que modo uma influência a outra; mesmo que alguns estudos, inclusive detalhados neste estudo, o façam. A primeira parte corresponde a uma análise teórica sobre esse subcampo de estudos nas Relações Internacionais abordando as mais variadas perspectivas, fornecendo semelhanças e peculiaridades. A segunda descreve brevemente a estrutura de comunicação do Brasil, com foco para o papel das revistas Veja e Carta Capital, escolhidas devido a suas posições importantes dentro do sistema de informação brasileiro e suas conhecidas ideologias políticas. Por fim tem-se uma comparação sobre a maneira como as duas revistas tratam a política externa. Uma vez que possuem linhas editoriais distintas, tem-se a hipótese de que as duas revistas apresentam o tema de política externa de maneira diversa.

## 1: Mídia e Relações Internacionais

Ao se indagar o papel dos meios de comunicação e da opinião pública na política exterior dos países, parece simples concluir que ambos vêm ganhando mais importância no âmbito das relações internacionais, segundo Nogueira, devido principalmente “à sua influência em formulações de políticas externas, ao construir um ambiente social em que tais políticas são formuladas e empreendidas” (2012, p.118). De acordo com Keohane e Nye (1977), em relação aos Estados, o acesso à informação pode ser fonte *soft power* e existem três tipos de informações que podem ser utilizadas como expressão de poder político: a primeira são as informações livres que os atores adquirem e compartilham sem custos; a segunda são as informações comerciais que os atores adquirem e compartilham por um preço; e a terceira, são informações estratégicas, que são uma vantagem caso os outros atores não as possuam.

Os autores afirmam que mudanças trazidas pela revolução da informação continuam beneficiando os países ricos, pois alguns aspectos de barreiras no compartilhamento da mesma ainda estão associados ao poder de reter determinada informação; ainda são necessários altos investimentos para a obtenção e a produção da informação; os primeiros a agirem de tal modo são os que criarão os padrões e a arquitetura do sistema de informações podendo usá-lo ao seu favor. Por mais que seja evidente, após o que foi exposto acima a importância desses atores dentro da sociedade, a intrínseca relação entre a mídia e os temas internacionais ainda não encontraram seu espaço nos estudos da academia.

Conforme reflete Robinson “a disciplina de Relações Internacionais tende a prestar pouca atenção à opinião pública e mídia”. (2008, p.138). Tal negligência se daria devido a dois principais fatores: 1) a predominância de teorias realistas e 2) a falta de teorias e modelos analíticos. Essas constatações contribuíram para deixar a sensação de que, a despeito da importância dos meios de comunicação e da opinião pública como variável analítica, não existem ferramentas adequadas para compreender o como e o porquê de sua importância. Fato também citado por Hill ao observar que “têm havido poucos estudos sérios produzidos das relações entre a mídia e a política externa”. (2003, p. 273).

Marianucci (2009), afirma que não há apenas a falta de estudos sobre a importância da mídia e da opinião pública, ou da temática a respeito das comunicações como um todo, e sua interação com os estudos sobre as relações internacionais, faltam, à academia,

estudos básicos que sejam os pilares para estudos mais aprofundados, deficiência que atinge não apenas o Brasil, mas está presente inclusive nos grandes centros - um dos motivos pelos quais esse trabalho é organizado. Por mais que seja possível observar avanços, existem dificuldades em se trabalhar com temas que não são convencionais aos estudiosos de Relações Internacionais, de acordo com ela, o tema está relegado à marginalidade não havendo ao menos “qualquer menção a Marx, Gramsci ou a contemporâneos como Robert Cox ou Noam Chomsky, identificados como precursores ou integrantes da corrente ‘crítica’” (p. 44). Wendzel (1985) foi o que melhor expressou a ideia até agora, mesmo sob um viés realista, que considera a mídia como um instrumento de persuasão.

Para sanar esta lacuna, observa-se o potencial do subcampo de estudos da Análise de Política Externa que valoriza os processos internos de decisão dos Estados e possui claro interesse nos meios de comunicação e na opinião pública. Assim, tais variáveis são incorporadas na avolumada literatura que analisa o impacto dos meios societários na Política Externa. Entre os estudos que abordam o tema, duas perspectivas chamam a atenção: 1) o modelo pluralista que considera que o poder é disperso na sociedade, não sendo possível que somente um grupo domine o processo. Neste sentido, os meios de comunicação e a opinião pública poderiam de modo independente causar importantes constrangimentos aos governos; 2) o modelo de elite, ao seu termo, considera que o poder se concentra em grupos de elite que passam a dominar a política e a sociedade. Por este entendimento, tanto os meios de comunicação como a opinião pública são subservientes às elites políticas.

Segundo Robinson (2008), no caso dos EUA e referente em específico à opinião pública, há pesquisas que apontam clara diferenciação entre parcelas sociais que defendem maior ou menor ação do país nos assuntos internacionais. No entanto, há uma tradição de investigações que apontam para a existência de uma vasta maioria da população que não possui interesse ou a capacidade de influência em assuntos de política externa. Exemplo desta abordagem seria a de Gabriel Almond, elaborada na década de 1950, visando compreender a participação social dos estadunidenses nos temas internacionais no período do imediato pós II Guerra Mundial e no ambiente da Guerra Fria. Para ele, naquele período, havia uma minoria atenta aos temas de política exterior e uma grande massa mal informada e instável que tendia às mudanças irracionais de posicionamento.

Tais estudos pioneiros foram importantes para o desenvolvimento de novos nas décadas subsequentes que debatiam os modelos elitistas e pluralistas. Na década de 1970, os impactos da opinião pública na política exterior dos EUA em decorrência da Guerra do Vietnam trouxeram novas considerações relativas à opinião pública, sendo esta agora considerada mais racional, estável e influente do que anteriormente. Assim, as divergências analíticas entre elitistas e pluralistas decorrem da dificuldade de medir a real influência da opinião pública e da mídia na mente dos *policy makers*. Outro fator complicador é a impossibilidade de se isolar a variável ‘opinião pública’ de uma ampla gama de variáveis independentes que influenciam os tomadores de decisão. Assim, “dada tal incerteza, talvez seja melhor para os estudantes de política externa primeiro reconhecer a diversidade acadêmica de opiniões e, posteriormente, considerar que há alguma verdade em cada uma delas.” (ROBINSON, 2003, p. 141).

Ou seja, existe uma dificuldade em quantificar a influência ou mesmo a relação da opinião pública e da mídia, como um ator imaterial, na formulação das políticas de Estado, ainda mais na formulação de política externa. Poder-se-ia partir do pressuposto de que os meios de comunicação são isentos de viés político ou neutros, entretanto, neste momento, são estabelecidas dificuldades analíticas para se caracterizar os meios de comunicação como isentos, pois eles devem ser considerados no contexto de produção e veiculação das informações. Portanto, deve-se indicar aproximação entre a indústria da informação e os recursos oficiais. (HALLIN, 1986; HERMAN E CHOMSKY, 1988).

Grosso modo, tais abordagens advogam que os meios de comunicação seguem as elites no estabelecimento da agenda e nas abordagens na política exterior, em detrimento de posições mais pluralistas e independentes. Seria o caso da *Veja* e da *Carta Capital*, que possuem posições políticas muito difundidas e conhecidas dentro da sociedade brasileira que, supõe-se, são refletidas nos conteúdos de tais semanários. Partindo da dificuldade de se analisar de forma a causalidade entre as variáveis, entende-se que a mídia, por ser um ator poderoso e por possuir viés político, se encontra perto do centro de decisão. Este estudo parte dessa posição analítica, sem pretender abordar a influência mais direta entre as variáveis.

Também analisando a comunicação em massa americana, Cohen (1967) aborda o papel da mídia e a reprodução do mesmo sobre política externa e conclui que o espaço reservado às notícias sobre o tema ocupa uma proporção bem pequena se for analisado o total de notícias na mídia americana (p.196). O mesmo ocorre no Brasil, na atualidade,

como pode ser comprovado nos próximos capítulos. Também analisa como são organizadas as notícias até chegarem ao leitor, como são escolhidas as que são (ou não) relevantes, a diferença entre uma notícia doméstica e uma internacional e como são coletados os dados. As categorias de análise utilizadas, posteriormente, neste trabalho, referente às notícias coletadas das duas revistas em foco, seguem a linha de pesquisa de Cohen na medida em que foi possível com o material disponível e de acordo com a situação midiática brasileira.

Para ele, existem dificuldades em todo o processo de produção da notícia de política externa. Um deles seria o fato de que não há um mercado que possa consumir as notícias a respeito das relações internacionais e seus temas, e por isso, além de poucos repórteres serem pagos para fazer essa cobertura, a distribuição geográfica dos mesmos não permite que todas as partes do globo recebam igual atenção pela mídia. Outro ponto é que somente alguns assuntos mais relevantes dentro do próprio escopo de política externa são levados ao conhecimento da população, como segurança e política. Assim, mesmo quando o assunto “política externa” é abordado pela mídia, somente algumas de suas faces são mostradas. E mais, porque a mídia tem esse controle de permitir o que alcança o público ou não, eles também conseguem moldar a notícia de forma que ela tenha impacto suficiente para atrair a atenção da população para um assunto que antes não teria tanta repercussão. Esse é um processo que o autor nomeia de “*standardization*”: há uma pressão para que as notícias sejam moldadas e tratadas de forma igual. Um último fator apontado por Cohen para que as notícias de política externa sejam tratadas de forma diferente são as preferências dos correspondentes e editores que podem influenciar no tipo de notícia e em como essa notícia é exposta ao público.

Outro autor importante sobre o tema é Rothkof (1998): analisando o processo de intensificação da comunicação em massa e sua relevância para os temas internacionais ele deu origem ao termo *cyberpolitik*: “uma nova forma de fazer política internacional, utilizando os modernos recursos comunicacionais, a estrutura midiática existente em todo o planeta e os recursos de informática” (BURITY, 2013, p.169), ou seja, a mídia e suas plataformas oferecem ao Estado um novo ambiente em que ele pode travar suas batalhas, não esquecendo os campos tradicionais que ainda são utilizados; nestes, o Estado também pode fazer uso do discurso para seu interesse nacional. Burity (2013), nesse sentido, argumenta que por mais que exista um debate sobre a separação da mídia e do Estado, o último não está perdendo seu poder ou passando por um enfraquecimento de sua soberania.

Mesmo com a ideia de que o jornalismo deve ser isento de ideologias, o Estado está se adaptando e aprendendo a usar esses meios para atingir seus objetivos e interesses. Assim, em relação ao ambiente internacional e à política, a autora afirma que existem muitas forças que fazem com que a mídia seja utilizada como uma ferramenta de manipulação tanto no âmbito doméstico como no internacional.

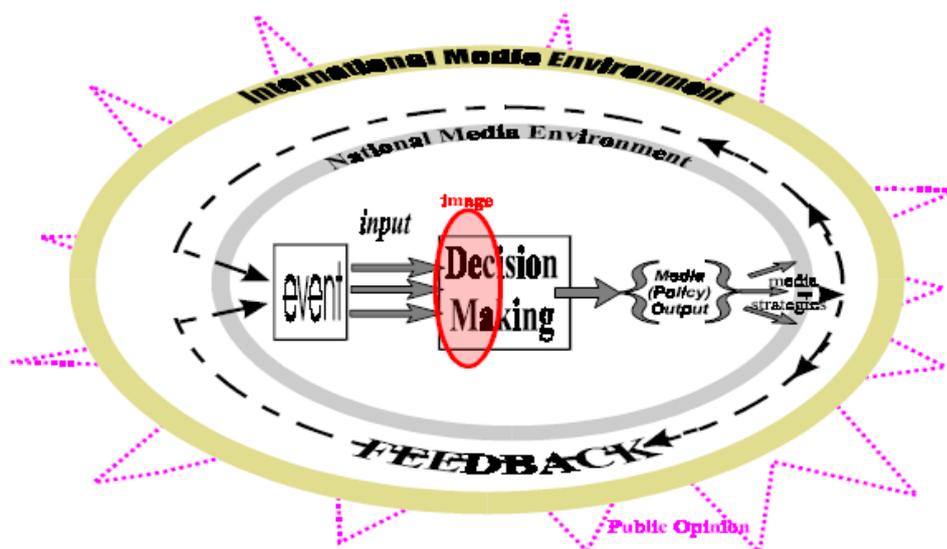
Coincidindo com esse pensamento, Christopher Hill (2003) procura abordar temas importantes relacionados à política externa e, assim, moldar uma nova perspectiva sobre a importância da política externa no campo das Relações Internacionais. Analisando como elementos internos podem influenciar elementos externos, Hill trata mais especificamente sobre quais são, em um regime democrático, os que podem exercer pressão ou influenciar o governo, sendo a mídia elemento relevante que, junto com a opinião pública, atuam como mecanismos que vinculam os atores (sociedade e governo) e que são importantes pela sua capacidade coercitiva.

Ainda segundo ele “na era da televisão, os meios de comunicação parecem reis. Eles parecem ser a chave para influenciar a opinião pública, e eles têm o ouvido e o olho do governo” (2003, p. 273). Nesse sentido, fica explícita a importância dos meios de comunicação como elemento poderoso, e como um ator autônomo e singular a mais em meio ao jogo político, no sentido de possuir influência sobre a opinião pública e uma relação de proximidade com o governo. Servindo não apenas como um canal de comunicação entre um e outro, levando as demandas e os resultados, os interesses de cada um, mas exercendo o seu poder, de acordo com Hill, de duas formas distintas: primeiro em relação à opinião pública e depois em relação aos tomadores de decisão. Na análise desse processo, a conclusão é que na área de Política Externa não existe dúvida sobre o papel quase que exclusivo que a mídia tem como “*gatekeepers*” da informação que é passada ao público, no sentido de que ‘os reis da era da televisão’ são os guardiões das informações e que a sociedade só tem acesso ao que lhes é permitido. Aqui está a gênese do poder da mídia sobre a opinião pública de acordo com Hill.

Em seu trabalho sobre o papel da mídia na construção do *nationess*, Nogueira (2012) analisa como as redes de TV Telesur e Al-Jazeera foram fundadas com a intenção de fazer frente a ideias que vinham de outros países, principalmente Estados Unidos, através da CNN, e influenciavam a forma como a população via a si mesma e o mundo. Ela demonstra como essas redes de TV foram criadas com o intuito de dar destaque à perspectiva regional. Ao fazer seu levantamento sobre o tema da mídia e opinião pública e

das Relações Internacionais, ela concorda que existe uma deficiência na área, principalmente para as correntes teóricas mais positivistas que tratam esses elementos como parte do ‘*soft power*’, embora ela acredite terem ocorrido avanços em perspectivas construtivistas que, por darem maior atenção aos discursos, passam a se interessar mais pelo tema por considerarem tanto a mídia como a opinião pública como forças profundas da sociedade (p. 118).

A maioria dos estudos descreve a mídia como um canal que transmite as mensagens durante o processo em que as decisões estão sendo formuladas, mas tal situação na verdade encobre o papel mais relevante e mais complexo, ou seja, os meios de comunicação não atuam apenas como canais, são atores bem mais importantes dentro do ambiente de tomada de decisão. Segundo Naveh (2002) a mídia não atua apenas transmitindo as informações, em um sistema de “input” (antes das decisões), mas faz parte do sistema de “output” (é presente após as decisões e é responsável pelo conteúdo da transmissão das informações). A mídia é um componente do processo de tomada de decisão, atuando como canais de reverberação das informações e, de tal modo, influenciando a formulação de políticas.



Fonte: Naveh, 2002

Portanto, no ambiente de tomada de decisão, a mídia atua de duas maneiras distintas: primeiro como uma variável independente, transmitindo informações aos políticos, construindo realidades que são consideradas pelos mesmos. Em um segundo

momento, está inserida no ambiente que será afetado pela decisão política, o que significa que os políticos devem pensar suas decisões já prevendo a maneira como elas serão retratadas pelos meios de comunicação, como sua imagem pode ser afetada, focando ainda no mais importante, a decisão em si e sua influência para as relações exteriores do país:

“Quando um evento internacional ocorre, líderes aprendem sobre ele na mídia (o input), informação é processada via vários componentes e o processo de formulação de políticas e tomada de decisão é posto em movimento (...) Quando uma decisão é tomada (o output), líderes levam em consideração o ambiente midiático, tanto interno quanto externo, na própria decisão, e principalmente, no processo de publicação. Ademais, deve-se notar o papel da opinião pública doméstica e internacional” (NAVEH, 2002, p.11).

Percebe-se um modelo da atuação midiática relacionando tanto as dimensões domésticas como a interações na arena política internacional. Um exemplo de outro modelo, caracteriza a mídia como uma fonte primária de diversão e gratificação, servindo como uma rota de escape para as pessoas ao invés de uma fonte de informação. O importante nesse tipo de abordagem é o que a mídia pode oferecer, qual o conteúdo que é produzido e transmitido. Assim, com relação à política externa a pergunta seria se esse tipo de conteúdo é veiculado e de que forma é exposto, até mesmo se existe um público que sinta alguma satisfação em ter acesso a esse tipo de informação. Segundo Shaw (1979) infelizmente esse tipo de abordagem não acredita no efeito que a mídia tem sobre o meio em que se encontra e por isso possui algumas falhas metodológicas. A teoria midiática sobre a formulação da agenda entretanto, partindo do ponto deixado pela abordagem anterior - o foco nas necessidades das pessoas por determinadas informações - estuda o possível aparecimento de uma agenda específica tratada pelos meios de comunicação, ou seja, estes estariam moldando os conteúdos das notícias de acordo com o interesse do público, deixando questões sem serem tratadas ou levantadas, pois não é do interesse de uma maioria.

Tem-se, deste modo, algumas das pesquisas relevantes sobre o tema, cada uma com sua particularidade, seguindo perspectivas um tanto quanto diferentes, mas procurando abordar a relação entre a mídia e as Relações Internacionais e suas consequências. Fica perceptível, no Brasil, a escassez de trabalhos como os formulados nos EUA, país em que o assunto está mais avançado, e a maior causa disso tende a ser o início tardio desse tipo de pesquisa na academia brasileira e a falta de dados que possam dar embasamento para um aprofundamento do assunto. Das pesquisas citadas os dados principais para uma análise

tratam da posição de importância da mídia dentro da sociedade (e dentro disso, sua relação com as elites) e quando analisados de forma mais aprofundada sobre a mídia em si (dados sobre como é a notícia, sua formulação e sua transmissão) e como isso afeta a sociedade.

No caso do presente trabalho é feita uma análise dos meios de comunicação no Brasil para fins ilustrativos da posição e do papel que a mídia possui dentro da sociedade brasileira. Como é pontuado, os meios de comunicação não são isentos e com a posterior análise fica clara a segmentação e a parcialidade das duas revistas analisadas. Percebe-se que existe uma ligação entre as mesmas e determinadas elites políticas para o estabelecimento de uma agenda que sirva aos interesses dos determinados grupos, dotando a mídia no Brasil de um intrínseco viés político e caracterizando-a como ator importante no processo de formulação de políticas, incluindo a política externa brasileira, não necessariamente moldando essas políticas mas servindo de ponte entre o governo e a sociedade por um lado, e o governo e o âmbito externo por outro.

## **1.1 Opinião Pública e Política Externa**

Outra variável importante, mesmo não sendo o foco deste estudo, é a opinião pública e sua influência junto com as duas outras variáveis citadas: a mídia e a política externa. De acordo com Soroka (2003) e Robinson (2008) as pesquisas iniciais (entre os anos 50 e 70) a respeito da opinião pública, que foram feitas principalmente nos EUA, chegaram à conclusão de que o público costuma ser mal informado para que tenha uma visão crítica e, portanto influencia, nas decisões de política externa. Ambos citam Almond (1950) e Soroka cita Converse (1970) e Miller (1967) como estudos que apontam a opinião pública como instável e sem coerência. Porém de acordo com estudos feitos a partir dos anos 70, o que se nota é uma mudança, no sentido de acreditar que a opinião pública a respeito de assuntos de política externa seja mais racional, estável e influenciadora, além de particularmente estruturada.

Para Soroka, a dificuldade em se estudar a opinião pública está em compreender as suas origens e não sua natureza, fato que já aparenta ser consenso. A mídia aparece como a principal origem das mudanças e da formação da opinião pública pois é ela a principal fonte de informação para a maioria dos indivíduos a respeito de Política Externa, pois não é um assunto que é tratado em qualquer outra esfera com tanta riqueza de detalhes, portanto se o indivíduo tem conhecimento de tais eventos isso foi provavelmente fruto de exposição à mídia. O autor faz ainda interessantes observações sobre a relação entre mídia

e opinião pública, e sua relação com a política externa, como a conexão entre o conteúdo midiático e a atenção do público a determinados temas.

Apesar do consenso recente, e do que é exposto ao longo desse trabalho, de que a opinião pública influencia a política externa e de que os jogos de poder (grupos de interesse, partidos políticos, atores econômicos importantes etc.) costumam atrapalhar essa relação, ainda existem questões que precisam de mais aprofundamento. O assunto tratado neste trabalho ainda possui poucas bases teóricas e o consenso a respeito de certas características ainda não é completo. Isso ocorre segundo Burstein (2003), porque as conclusões que os autores oferecem, mesmo após apresentarem uma boa pesquisa, costumam ser vagas demais para que possam ser utilizadas por qualquer outro autor.

Com o objetivo de ofertar respostas mais precisas Burstein reuniu vários trabalhos a respeito de opinião pública com o intuito de responder cinco perguntas; (i) quanto é o impacto da opinião pública na política; (ii) quanto o impacto da opinião pública na política aumenta de acordo com o aumento da importância do assunto para o público; (iii) em que medida grupos de interesse, organizações sociais, partidos políticos e elites influenciam a política mesmo quando são opostos à opinião pública; (iv) a responsividade do governo tem mudado ao longo do tempo; (v) quão generalizáveis são nossas descobertas sobre o impacto de opinião sobre política. Ele indica os resultados tentando transformar as conclusões dos autores em conceitos mais sucintos e depois quantifica essas conclusões<sup>1</sup>.

Referente à primeira pergunta, através de sua pesquisa, ele argumenta que três quartos dos trabalhos estudados indicam que as relações da opinião com a política são “significativas”. Quanto à segunda, ele argumenta que poucos estudos ainda incluem a importância do tema em suas pesquisas, nesses casos a importância da relação opinião-política não tem importância um terço das vezes. Quando, porém, a proeminência do tema é estudada, a relação opinião-política é sempre importante. Sobre a questão dos grupos de interesse, é fato que o impacto da opinião pública diminui quando outras variáveis são incorporadas como as organizações e partidos políticos; contudo, de acordo com o autor poucos são os estudos que incluem essas variáveis e quando o fazem só contam com um grupo de interesse em particular. Os resultados indicam que os grupos de interesses aumentam a responsividade ao contrário do que se pensava. Sobre as mudanças na responsividade do governo a conclusão é de que, quando os estudos comparam épocas

---

<sup>1</sup> BURSTEIN (2003)

diferentes, existem poucas evidências de que a responsividade diminuiu. E por fim, a capacidade de generalizar esses estudos é limitada pelo alcance estreito dos temas abordados, no sentido de que a maior parte dos trabalhos que foram estudados por Burstein se limitou geograficamente (a maioria se foca nos EUA) e tematicamente (a maioria discutindo apenas questões de segurança) fato que costuma se replicar quando o assunto é sobre mídia e política externa.

## **1.2 MIP (Most Important Problem Question)**

Como visto ao longo do trabalho, a relação entre mídia, política externa e opinião pública ainda é pouco estudada na academia. Os estudos estão localizados principalmente nos EUA e focam nas características midiáticas do país e suas preocupações com relação à política externa norte americana. Quando se trata de países emergentes, as análises referentes à mídia tendem a ser ainda mais escassas, quando não, inexistentes. No Brasil, estudos sobre tal relação se encontram da mesma forma: ainda são poucos os que realmente se aprofundam e trazem não só argumentações teóricas mas também dados que possam embasar pontos importantes do estudo como o *Most Important Problem* (MIP) Question que, apesar de ser uma pesquisa realizada em países como EUA e Reino Unido desde os anos 80 (Soroka, 2003), só começou a ser realizada no Brasil recentemente e por encomenda de modo que não está aberta ao público em geral.

Por mais que existam discussões, e certa aversão por parte de alguns estudiosos como Almond (1950), a relevância desse questionamento é levantar dados sobre se as pessoas estão ou não pensando em política externa, e não somente o que elas estão pensando sobre política externa. Na América Latina, a Corporação *Latinobarometro*, uma ONG sem fins lucrativos, atende a 18 países e é responsável pela produção e publicação de dados como indicadores de opinião pública e desenvolvimento da democracia e economia desses países, incluindo o Brasil. Essa organização possui dados sobre o MIP brasileiro, desde 1995, quando o problema mais importante para ser resolvido de acordo com os entrevistados no Brasil era a saúde.

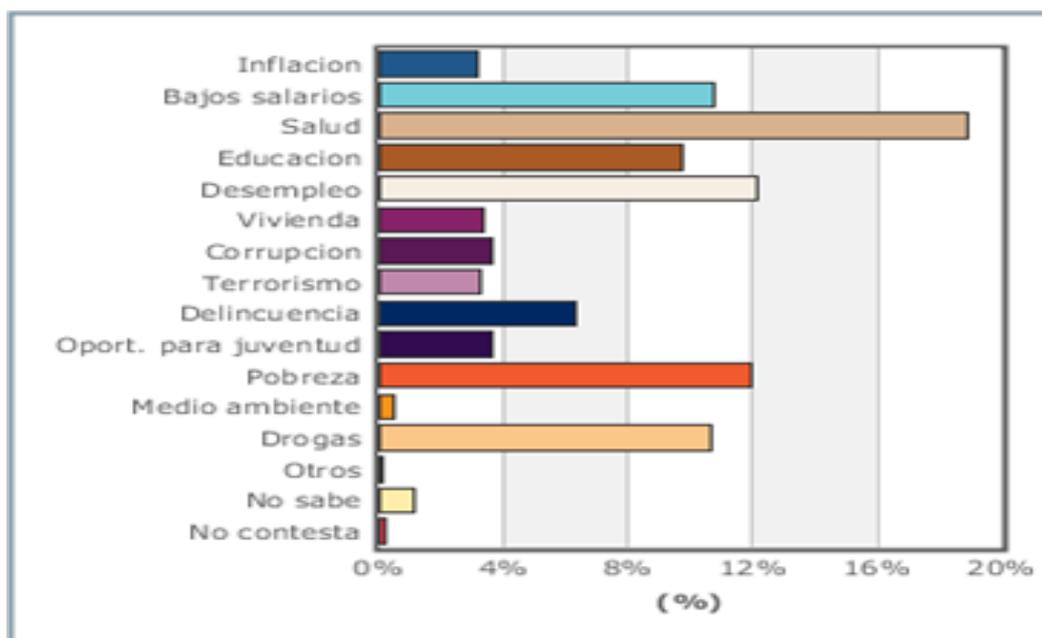


Figura 1- MIP Brasil, 1995. Fonte: LatinoBarometro.

Em relação aos anos do governo Lula, as respostas ao MIP (*da lista de problemas que vou lhe mostrar, qual o senhor considera mais importante hoje?*) foram: desemprego em 2003, 2004, 2005 e 2006, sempre com níveis consideráveis de resposta sobre segurança pública e corrupção, principalmente a partir de 2005. Em 2007, tem-se corrupção como o problema mais importante, seguido de segurança pública e saúde. Em 2008, uma nova mudança, o problema com saúde é escolhido como o mais importante, seguido de desemprego e violência. Em 2009, desemprego volta a ser considerado o problema mais importante, seguido de saúde e violência. Por fim, 2010 tem como principal problema de acordo com os brasileiros, a saúde, seguido de desemprego e violência.

A análise dos dados, permite afirmar que a preocupação do brasileiro não é referente a assuntos de política externa, pelo contrário, o foco principal das preocupações do brasileiro são problemas internos que atingem diretamente seu dia a dia. Tanto que a opção crise política, situação ou problema político, só aparece nas pesquisas a partir de 2004, mesmo assim não se referindo especificamente a problemas políticos externos e sempre com baixas taxas. A opção ‘problemas com países vizinhos’, que é mais específico a respeito da Política Externa Brasileira, só aparece duas vezes (em 2006 e 2009). Assim, se percebe, que o brasileiro não possui ainda preocupação com problemas de política externa. Isso levanta duas hipóteses que se contrapõem: ou os brasileiros não se preocupam com política externa pois isso não é reportado, ou isso não é reportado e por isso os

brasileiros não se preocupam com política externa, pois como será demonstrado mais a frente, é pequena a quantidade de artigos sobre política externa nas revistas do país.

**Quadros do MIP no Brasil entre 2003 e 2010:**

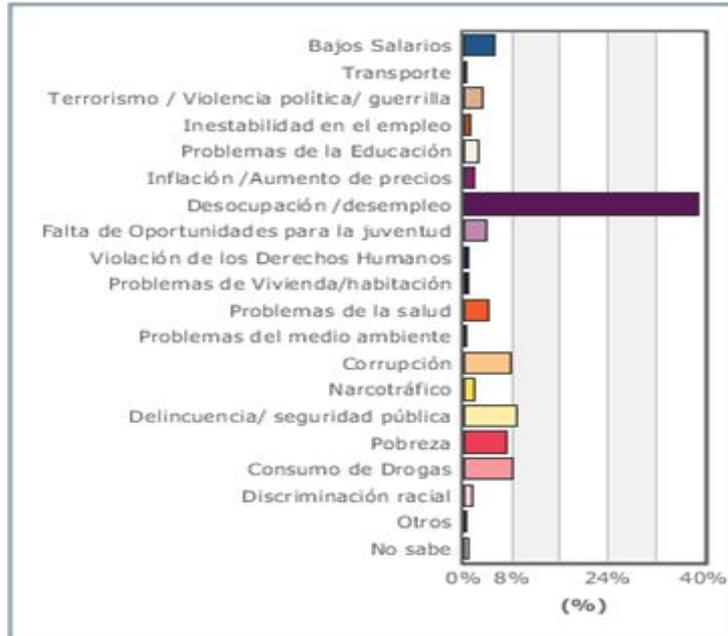


Figura 2- MIP Brasil, 2003. Fonte: LatinoBarometro.



Figura 3 - MIP Brasil, 2004. Fonte: LatinoBarometro.

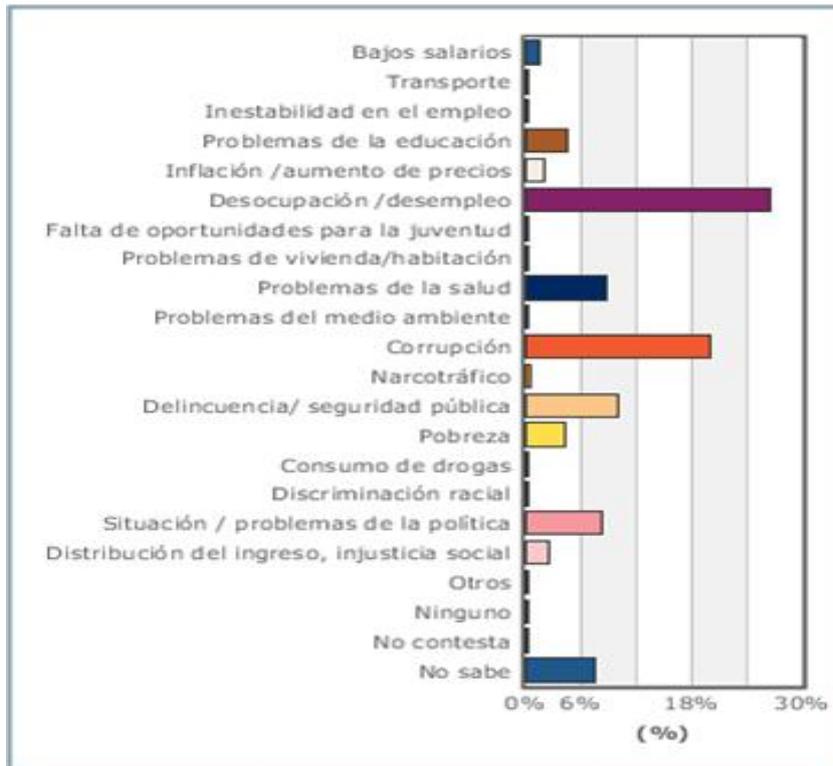


Figura 4 - MIP Brasil, 2005. Fuente: LatinoBarometro.

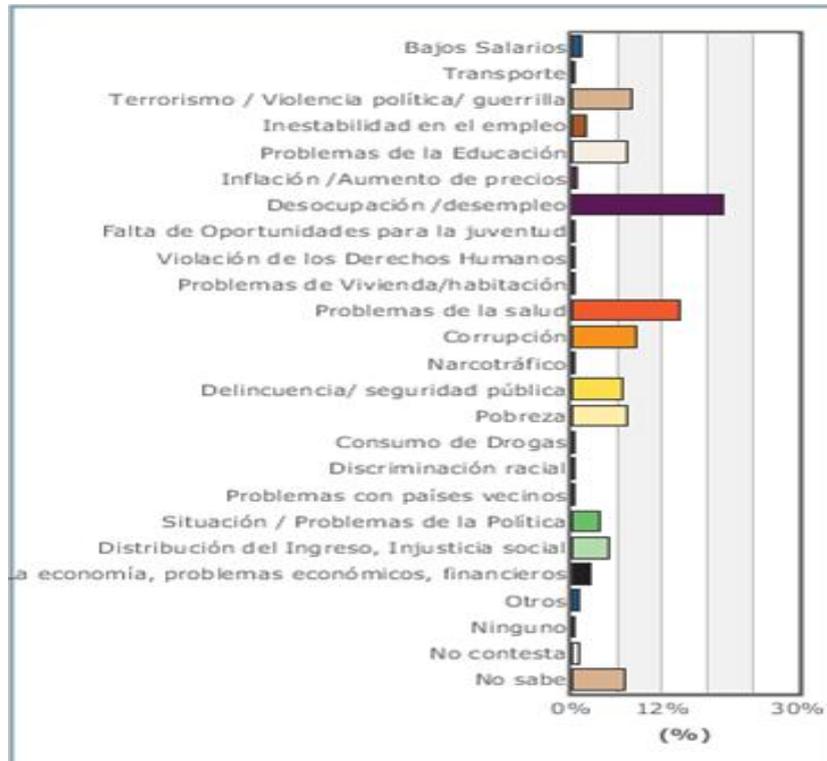


Figura 5 - MIP Brasil, 2006. Fuente: LatinoBarometro.

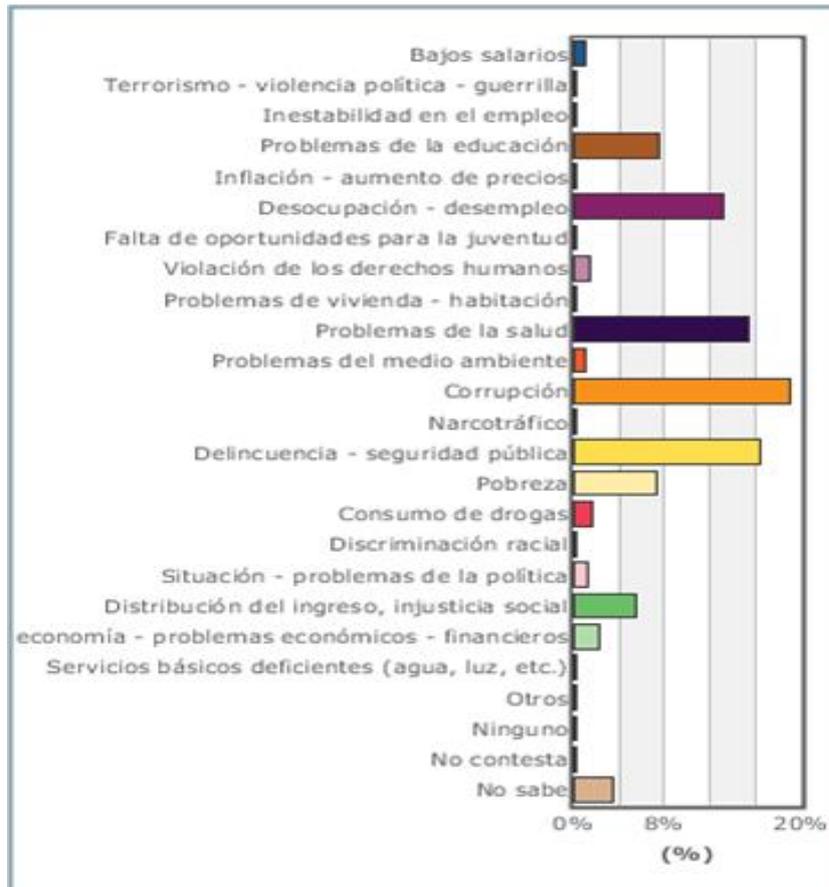


Figura 6 - MIP Brasil, 2007. Fuente: LatinoBarometro.

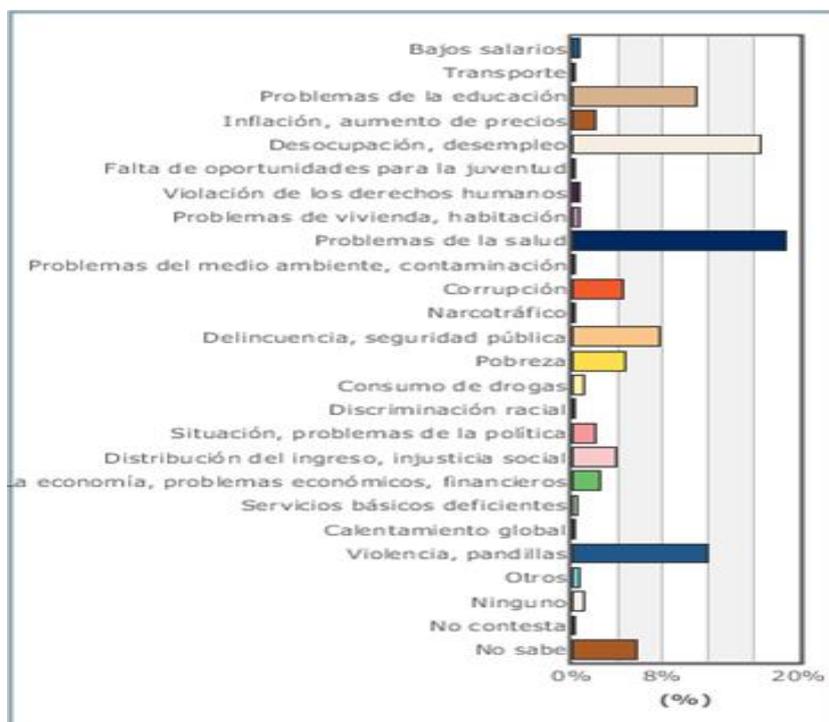


Figura 7 - MIP Brasil, 2008. Fuente: LatinoBarometro.

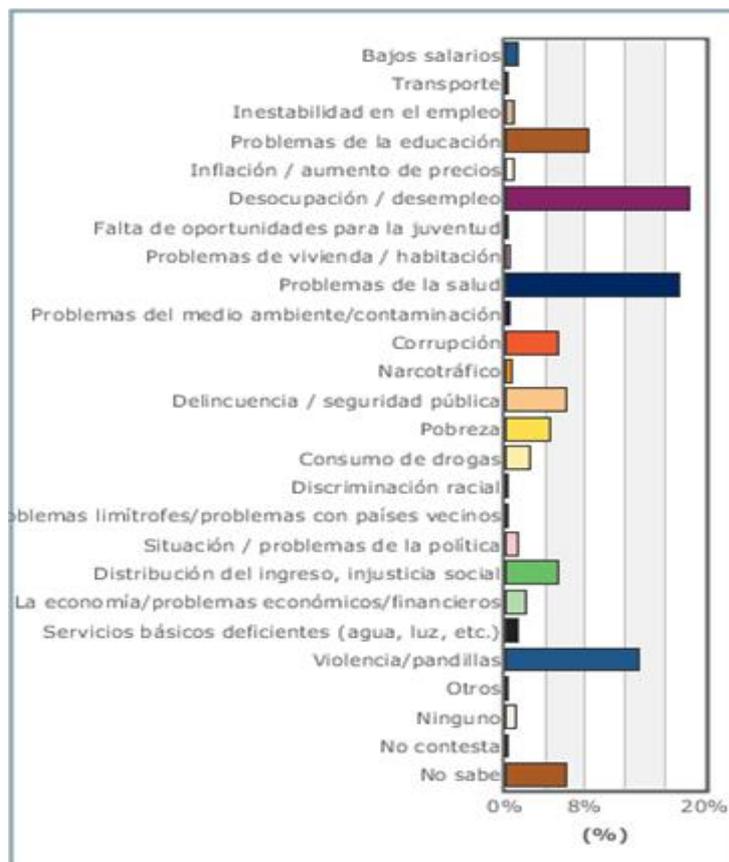


Figura 8 - MIP Brasil, 2009. Fuente: LatinoBarometro.

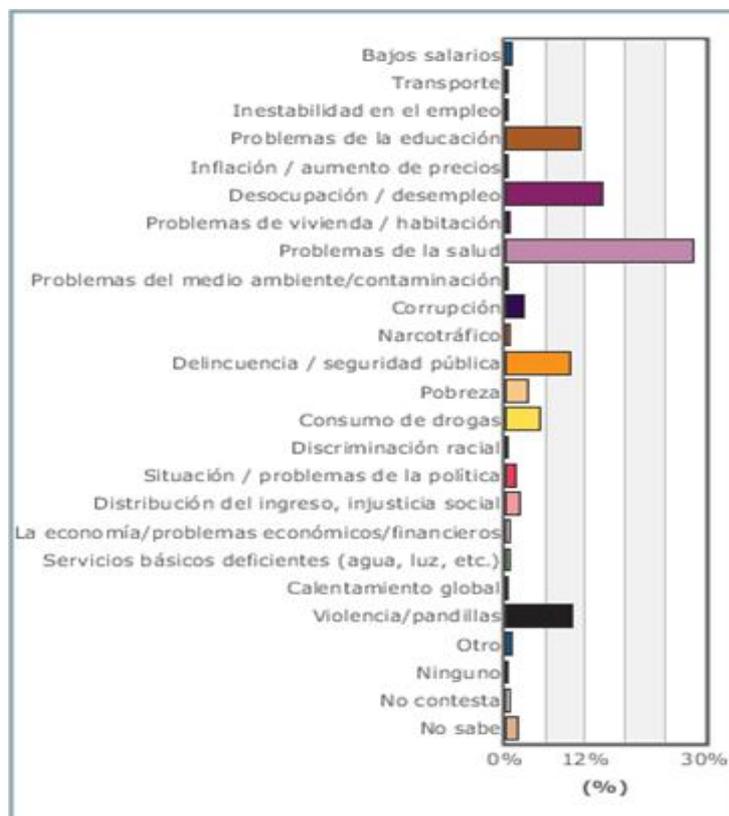


Figura 9 - MIP Brasil, 2010. Fuente: LatinoBarometro.

Quando se compara, contudo, esse mesmo tipo de pesquisa feita no Brasil com uma feita nos EUA, percebe-se uma mudança nas respostas. Isso pode ocorrer devido à posição do país tanto em relação à economia quanto a sua posição política na arena internacional, a situação interna favorável ou não, seu envolvimento nas questões internacionais, a própria atuação do presidente e da diplomacia do país no exterior, a situação geopolítica em que o país se encontra, entre outros fatores. Como aponta Frank Newport, editor chefe do Gallup no corrente ano, a lista do “problema mais importante” muda com o tempo “geralmente refletindo foco intenso da mídia em questões específicas por períodos relativamente curtos”<sup>2</sup>. Esses fatores atuam como parte da base que molda a opinião pública e o que se considera importante ou não, refletindo sua percepção sobre a situação atual do país. Como exemplo, pode-se citar o ataque terrorista de 11 de setembro que mudou a percepção do público americano e, conseqüentemente, o problema mais importante nos EUA de ‘economia’ para ‘terrorismo’ no ano de 2001.

No caso do Brasil, é interessante notar a relação entre mídia e opinião pública analisando como a opção ‘corrupção’ ocupou espaço como um dos problemas mais importantes do país, de acordo com os brasileiros, a partir de 2005. Isso porque em maio do citado ano estourou no país a CPI do mensalão. A revista VEJA dedicou de suas 53 capas ao longo do ano de 2005, sem contar o número de artigos nas revistas, 22 capas negativas, ou seja, diretamente contra o governo do PT ou Lula, e sobre a CPI do mensalão foram direcionadas 20 capas. No caso da Carta Capital foram 51 capas ao longo de 2005, destas, 25 foram reservadas para tratar da CPI, e 12 comentavam diretamente sobre o PT ou Lula da Silva, Contudo, ao contrário da Veja, 7 se mostravam favoráveis à figura do ex-presidente, 3 eram negativas e não citavam o nome do ex-presidente, mas citavam o nome do partido e as outras duas citavam tanto o ex-presidente como o seu partido, mas não demonstravam explicitamente um viés favorável ou contrário. Ao longo de 2006 e 2007 (ano em que a corrupção finalmente se encontra como o ‘problema mais importante’ ) novos escândalos de corrupção foram surgindo, como: ‘mensalão 2’, máfia dos sanguessugas, máfia dos juízes e muitos casos de operações anticorrupção também foram relatados pela revista nesse período, o que leva a crer que existe uma relação entre o que a mídia publica e o que é o assunto da opinião pública sendo os demais temas esquecidos.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://news.gallup.com/poll/8368/americans-clear-economy-most-important-problem-facing-country.aspx>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

A título de ilustração tem-se a pesquisa feita pelo Instituto Gallup - que já a realiza desde 1930 - nos EUA, no ano de 2003. Quando comparada à pesquisa do Latinobarômetro percebe-se a diferença nas opções levantadas em cada uma; isso exatamente devido aos acontecimentos específicos de cada país. Vale ressaltar que no primeiro as opções são abertas, ou seja, os entrevistados não possuem acesso a nenhuma opção escrita; já no segundo as opções são mostradas ao entrevistado que pode escolher entre elas, ou adicionar mais alguma. Outra diferença entre as pesquisas é que a do Gallup é feita mensalmente, em dias específicos e a do Latinobarômetro é anual, normalmente no fim do ano.

Segundo Frank Newport, redator do artigo, “as respostas quase sempre podem ser agrupadas em três grandes categorias: 1) preocupações econômicas, 2) questões internacionais, incluindo guerras, e 3) preocupações domésticas”. Na pesquisa que segue, a economia foi o problema mais citado, com 33% de menções, muito à frente do segundo problema, desemprego com 15%, que também obteve uma grande porcentagem de menções. Os problemas que seguem são terrorismo com 8% e guerras com 7%, seguidos de pequenas porcentagens de pessoas preocupadas com a educação, saúde e a insatisfação com o governo, assim como uma pequena porcentagem de menções sobre ética e moral.

What do you think is the most important problem facing this country today?	
	May 5-7, 2003
	%
ECONOMIC PROBLEMS (NET)	52
Economy in general	33
Unemployment/ jobs	15
Taxes; Federal budget deficit/ federal debt	3
Lack of money; High cost of living/inflation; Fuel/ Oil prices; Wage issues	1

NON-ECONOMIC PROBLEMS (NET)	58
Terrorism	8
Education/ poor education/ access to education	7
Poor healthcare/ hospitals; high cost of healthcare	7
Fear of war/ feelings of fear in this country/ war in Iraq	7
Dissatisfaction with government/ Congress/ politicians/ candidates; Poor leadership; corruption	7
Ethics/ moral/ religious/ family decline; dishonesty; lack of integrity	6
National security	4
Poverty/ hunger/ homelessness; Crime/ violence; Medicare/ Social Security issues	3
Lack of respect for each other; Foreign aid/ focus overseas; Drugs; Immigration/ illegal aliens	2
Unifying the country; International issues/ problems; Judicial system/ courts / laws; Children's behavior/ way they are raised; Race relations/ racism; Care for the elderly; Abuse of power; Environment/ pollution; Welfare	1
Other non-economic	4
No opinion	3
Total	137%

## **2: Histórico da comunicação de massa**

A mídia atualmente é composta por vários meios de comunicação, que possuem uma história bem antiga e passaram por vários estágios de evolução. desde a primeira máquina capaz de imprimir e aumentar a produção de materiais informativos (Straubhaar & La Rose, 2004), passando por jornais impressos, rádio, televisão, até o advento da internet, mais recentemente, que com todas as suas funcionalidades e praticidades também é utilizada como meio de transmitir informações. Mesmo a comunicação em massa tendo uma história com raízes antigas, ela só se popularizou no século XX, segundo Radenovic (2006), devido à evolução dos novos meios para a transmissão da informação e ao avanço tecnológico, sempre buscando abarcar o maior número possível de destinatários. Os primeiros modelos teóricos sobre as consequências dos meios de comunicação na sociedade enfatizavam os efeitos indiretos da mídia, normalmente atuando como transmissores da informação, mas de maneira uniforme e restrita, ou seja, como os meios de comunicação eram pouco diversos ou de curto alcance todas as pessoas recebiam a mesma informação. Com a “mídia de massa” as pessoas puderam escolher os conteúdos a que querem ter acesso (SHAW, 1979).

A partir dos anos 70 a comunicação de massa nos EUA, segundo Burity (2013), se modificou e começou a tomar a forma de conglomerados, devido a grandes fusões. Como exemplo, a empresa de comunicação americana Time que se juntou à Warner (cinema), Toshiba (televisores), CNN (canal de notícias) e AOL (provedor de internet), sendo hoje um dos três maiores conglomerados de mídia no mundo (p.169). Esses conglomerados ultrapassaram as fronteiras estatais e se tornaram exportadores de conteúdo, comprando até empresas midiáticas em outros países, reafirmando a ideia de uma sociedade em rede, através da globalização e da interdependência. Nesse sentido, a era da informação promoveu nos EUA, de acordo com a autora, estudos voltados à distinção entre as empresas de mídia privadas e estatais, à influência do Estado na mídia, e à ideia de uma mídia livre de ideologias como a melhor forma de comunicação. No Brasil, a situação é muito parecida atualmente, como será discutido mais adiante. Existem conglomerados que comandam a produção de notícias, contudo ao contrário do que aconteceu nos EUA não se vê avanço nos estudos sobre os possíveis impactos desse cenário na sociedade.

De acordo com Allcott e Gentzkow (2017) a evolução dos meios de comunicação trouxe preocupações a respeito da confiança nas notícias e a forma como elas seriam expostas. No caso atual das mídias sociais, a diversidade de pontos de vista e a facilidade

na distribuição das mesmas, além do amplo escopo da população que pode ter acesso a elas tem um efeito duplo: melhora a circulação de informações, mas ao mesmo tempo tais informações dificilmente passam por um filtro crítico ou uma terceira parte neutra que possa relatar o acontecimento da maneira mais idônea possível. Essa descrença nas notícias foi abordada em pesquisa realizada pelo Reuters Institute (for the study of journalism) em parceria com a Universidade de Oxford. No Brasil a confiança na mídia como um todo é de 60% entre a população entrevistada, sendo ainda alta, estando atrás apenas da Finlândia nesse quesito. Contudo, a pesquisa também aponta que 30% da população acredita que as notícias atualmente estão enviesadas politicamente, principalmente depois do impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

## 2.1 Mídia no Brasil

A importância da mídia na vida da população brasileira é visível quando se olham os números. Ainda de acordo com a pesquisa realizada pelo Reuters Institute (*for the study of journalism*) em parceria com a Universidade de Oxford, 97% das famílias brasileiras possuem uma TV em casa. Contudo, analisando as características gerais do sistema midiático e dos meios de comunicação no Brasil, pode-se perceber alguns aspectos peculiares no que diz respeito ao mercado de mídia no país. Teoricamente existem pouquíssimos trabalhos que colocam em ordem cronológica a formação da estrutura midiática brasileira e que também analisam o papel deste agente nos acontecimentos do país. Para saber sobre a atual situação midiática brasileira é preciso recorrer a agências de pesquisas independentes, como o Observatório da Imprensa<sup>3</sup>, MOSAICO<sup>4</sup> e Grupo de Mídia<sup>5</sup>.

No Brasil, os últimos anos do governo militar e a posterior redemocratização - fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 - foi o período no qual diversas questões foram levantadas sobre o papel da mídia e sua influência na política. Segundo Casarões (2012): “é justo assumir que a década de 1990 representou uma grande mudança na relação entre mídia de massas, opinião pública, e política externa” (p.212). Ainda segundo o autor, a nova Constituição de 1988 e o novo ambiente democrático fizeram com que houvesse uma

---

<sup>3</sup> Informações em: <http://observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 07 de setembro de 2018.

<sup>4</sup> Informações em: <https://dados.media/#!/mosaic>. Acesso em: 07 de setembro de 2018.

<sup>5</sup> Informações em: <https://www.gm.org.br/midiadados>. Acesso em: 07 de setembro de 2018

participação cada vez maior da sociedade civil em assuntos estrangeiros. Essas mudanças estruturais que estavam em curso junto com o constante avanço tecnológico e evolução dos meios de comunicação fizeram com que esse tema se tornasse mais visível no fim do século XX e demandaram maiores estudos pelos acadêmicos das Relações Internacionais.

Analisando as características gerais do sistema midiático e dos meios de comunicação no Brasil, podemos perceber alguns aspectos peculiares no que diz respeito ao mercado de mídia deste país. O primeiro ponto a ser observado é o surgimento tardio da indústria jornalística brasileira. Como colônia portuguesa, o primeiro jornal impresso em solo brasileiro foi a Gazeta do Rio de Janeiro em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil. Nesse primeiro momento, as pautas eram muito limitadas às atividades e decretos da Corte. A imprensa escrita no Brasil só ganhou uma estrutura comercial na virada do século XIX para o XX. É nesse período que surgem os grandes jornais de circulação nacional que dão origem à chamada “grande imprensa” no eixo Rio – São Paulo. Esse novo aspecto empresarial passou a redefinir a relação entre jornais, política, anunciantes e leitores (SODRÉ, 1999, *apud* AZEVEDO, 2006).

A mídia impressa passa a se modernizar graficamente a partir das décadas de 1860 e 1870, enquanto o rádio surge no início dos anos 1920, mas só se populariza na década seguinte. Segundo Luis Felipe Miguel (2000) a partir de 1930 existe no Brasil uma expansão muito rápida e constante da mídia brasileira. Para ele dois processos se destacam: “a formação dos Diários Associados, que tem início na década de 20 e atinge seu ápice no final dos anos 50, e a da Rede Globo, após o golpe de 1964” (p. 195). Percebe-se o forte papel da mídia na política, sendo que a última tinha o intuito de se utilizar da primeira para a construção da ideia de um Brasil mais unido levando os meios de comunicação a terem uma “participação direta importante em momentos específicos da política nacional” (p.195).

Entretanto, o processo de formação de um mercado de massa só tem destaque com a chegada da televisão já na década de 1950 e a expansão tanto do rádio quanto da TV em redes nacionais nos anos 1970. É a partir dos anos 1980 que o sistema de mídia brasileiro se consolida como indústria de massa, e tem na televisão o meio de comunicação central tanto de entretenimento quanto de informação. Ao longo do tempo formaram-se no Brasil monopólios de grandes famílias que passaram a controlar as comunicações. Atualmente, cerca de oito grupos familiares comandam os setores de rádio e TV no Brasil, como por exemplo os Marinho com o grupo Globo, os Saad com a Bandeirantes e os Abravanel com

o SBT. No ramo impresso e eletrônico (internet) também há grandes grupos como os Civitas no grupo Abril, os Mesquitas com o grupo O Estado de S. Paulo, e os Frias com o grupo Folha de S. Paulo (AZEVEDO, 2006).

Outro ponto importante é que os temas políticos não são prioridade para os brasileiros. Segundo uma pesquisa do Target Group Index Brasil, o assunto política está em 35º lugar entre os tipos de programas mais assistidos na TV. Esse quadro influencia diretamente outra característica do sistema midiático brasileiro: a diversidade externa da mídia no Brasil, ou seja, a diversidade de informação e de opinião nos meios de comunicação de massa. É essa diversidade que garante que os cidadãos possam ter acesso às principais perspectivas políticas, e uma dimensão importante na articulação entre o sistema de mídia e o sistema político (AZEVEDO, 2006).

Atualmente a cenário midiático brasileiro continua marcado pela concentração. De acordo com Cabral (2005) a rádio e a TV brasileiras são controladas por apenas três conglomerados e cinco grupos regionais que juntos ocupam quase 100% de todo o território nacional. Tal fato é importante para entender a especificidade do caso brasileiro, principalmente no que diz respeito ao setor privado: “Dada a concentração do setor, sua ampla expansão em dimensões territoriais, incluindo ramificações regionais e locais, os grupos midiáticos exercem uma influência determinante na elaboração de políticas em suas áreas de atuação” (p.18). Ainda de acordo com Cabral, a concentração das indústrias de informação no Brasil se dão de três formas que vêm sendo construídas desde a década de 80: “horizontal - a empresa tinha vários empreendimentos dentro de um mesmo tipo de produção; diagonal - o grupo controlava outros ramos industriais; e vertical - um empresário era, ao mesmo tempo, proprietário de emissoras de rádio, televisão, jornais e revistas” (p. 22).

Já de acordo com Gilboa (2002) a mídia global pode ser classificada em quatro tipos: a) controladora, no sentido da decisão não estar mais somente na mão dos tomadores de decisão; b) constringedora, quando passa a influenciar o processo de decisão, pois ao constringer os líderes as decisões são tomadas mais rápido; c) interventora, por agir como ponte entre atores envolvidos na decisão e d) instrumental, quando utilizada pelos tomadores de decisão para mobilizar e repassar informações. No Brasil, devido à situação de conglomerados que predomina no sistema de comunicação e ao fato de que muitos dos líderes desses conglomerados estão envolvidos com a política, a mídia poderia ser caracterizada como ‘controladora’, mas, como para se afirmar tal fato ainda são necessárias

mais evidências de que realmente existem esses laços, que há um poder controlador e de que a mídia estaria ditando as formulações de políticas, ela pode então ser melhor classificada como ‘constrangedora’, pois a rapidez com que as informações são divulgadas e a grande quantidade de pessoas que recebem a informação, força os políticos a reverem prioridades e reorganizarem as agendas. Entretanto, no Brasil, a diplomacia costuma ser um assunto pouco reportado e de pouco interesse da população de tal forma que é difícil afirmar se existe uma relação de constrangimento no que tange o assunto de política externa. Nota-se a especificidade do sistema midiático brasileiro que não se encaixa com perfeição em nenhum desses modelos.

Percebe-se a relação contraditória entre a diplomacia e o processo de produção de informação dos meios de comunicação. De acordo com Taylor (2002) a diplomacia é caracterizada pela negociação entre os Estados visando chegar a um meio termo que resolva os problemas entre os dois. Tal processo é demorado e secreto, e tem o objetivo de resolver conflitos atuais, e impedir conflitos futuros. O problema está na natureza midiática de preferir reportar o conflito, ou até mesmo de tornar público aquilo que pode ser responsável pelo mesmo. O não-conflito ou a resolução de um conflito não está na agenda dos meios de comunicação, ou seja, a diplomacia costuma não ser assunto de interesse prioritário dentro da mídia, a não ser que a ação diplomática tenda a terminar em uma situação instável.

Esta complexa relação, que aparenta produzir os mais diversos resultados, necessita de estudos aprofundados que analisem os mais diversos contextos que podem alterar tais resultados. Além disso, muitas são as formas de análise ou os enfoques que uma pesquisa nesse sentido pode ter. No caso deste trabalho, parte-se do pressuposto de que a mídia é importante por construir o ambiente em que as políticas são formuladas: por não serem isentas de viés político elas moldam um ambiente de acordo com agendas que são estabelecidas em suas lideranças as quais costumam ser próximas com lideranças políticas.

Com o objetivo principal de analisar o tratamento dado pelas revistas *Veja* e *Carta Capital* à política externa brasileira, ou seja, ter conhecimento da imagem que ambas as revistas organizam e transmitem para o público, procura-se entender quais as diferenças quando a informação é transmitida à sociedade, pois, estabelecendo-se esse caminho: ambiente da formulação de decisão – mídia – sociedade, também é possível fazer o caminho inverso e visualizar como as demandas da sociedade e da mídia são levadas em consideração na tomada de decisão, no caso particular deste trabalho, nas decisões

referentes à política externa. Ressalta-se que não é propósito do trabalho apresentar a causalidade entre a atuação da mídia e a formulação da política externa brasileira, tendo em vista o que já foi exposto, nota-se as dificuldades teóricas e metodológicas de se verificar a influência entre as duas variáveis. Parte-se, então, do pressuposto de que a mídia não é isenta de alinhamentos políticos e, portanto, se encontra próxima ao ambiente de tomada de decisão.

Nas próximas partes é analisado o lugar das duas revistas no Brasil e as suas características que definem sua posição e seu papel. Assim, a mídia brasileira é representada como “os guardiões” das informações (Hill, 2003) com forte proximidade aos vários centros de poder e liderança que o Brasil congrega, possuindo, portanto, abordagens diversas sobre os determinados assuntos de acordo com suas próprias agendas.

## **2. 2 O lugar da Veja e da Carta Capital no cenário midiático brasileiro**

De acordo com Azevedo (2006) o público alvo dos principais jornais brasileiros se concentra nas classes A e B, muito devido a seu capital social e fonte de recursos capazes de formar opiniões. Os grandes jornais, com o objetivo de atingir tal público, possuem uma linguagem específica, sóbria e culta, priorizando a cobertura política e econômica com um caráter opinativo, coexistindo com a tendência de se fazer um jornalismo de informação. O foco dos jornais nesta classe se dá exatamente pelo domínio de recursos capazes de moldar a opinião de grupo sociais e criar um ambiente em que as políticas de seu interesse são formuladas.

(...) estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral, este último através dos líderes de opinião ou através da repercussão da pauta dos jornais na televisão aberta (AZEVEDO, 2006, p. 8).

Outra característica importante da mídia no Brasil é o fato da televisão ocupar uma função fundamental de informação. Isso pode ser observado não só pelos níveis de audiência, mas pela presença dos aparelhos televisivos nos domicílios brasileiros e o montante de investimento publicitários no setor. Só em 2005, 59,6% do investimento publicitário no setor, no Brasil, foi dedicado para a TV aberta, dos quais cerca de 76% foram destinados para as emissoras ligadas à Rede Globo. Além disso, segundo o IBGE, em 2004, 90% dos domicílios permanentes do Brasil possuíam TV e 88% possuíam rádio.

Ou seja, cerca de 2/3 da população utiliza veículos eletrônicos para adquirir informação (AZEVEDO, 2006).

Mesmo tendo em mente a amplitude da TV em comparação com revistas e jornais impressos, a escolha pelas revistas Carta Capital e Veja se deu por motivos metodológicos, pois seria inviável catalogar as reportagens em vídeo que tangem o tema da política externa, devido à própria natureza televisiva, de ser rápida e de longo alcance, portanto, difícil de quantificar. Também pela importância das duas revistas e o que elas representam no sentido ideológico para o país. Ambas as revistas têm tiragem semanal. A revista Veja foi lançada em 1968 e é de responsabilidade da Editora Abril. Faziam parte da direção editorial e de publicação inicial Vitor Civita, Roberto Civita e Mino Carta. A partir dos anos 70 a Revista Veja consolidou sua apresentação e as seções se tornaram padrões em todas as edições seguintes. Nela existe uma seção chamada de “Internacional” que, como o título deixa claro, trata dos assuntos internacionais da semana, normalmente envolvendo a temática da política externa, mas o tema também pode ser encontrado na seção que trata do governo e da economia. No mais, os temas da revista são bastante variados, tratando de humor, cartas editoriais, entrevistas e temas culturais. A revista tem sido criticada recentemente por reservar grande parte, às vezes mais do que metade de sua edição para propaganda. Seu público leitor se encontra nas classes média e alta (B e A) (Velasquez e Kushnir, 2018).

A tiragem da Revista VEJA é a maior do Brasil: semanalmente publica mais de um milhão de exemplares (contando revistas impressas e online) e conta com 723 mil assinantes de acordo com o IVC (Instituto Verificador de Comunicação e ANER). A maioria de seus leitores é do sexo masculino (cerca de 51%) e o perfil dos mesmos, de acordo com a própria revista, é de empresários, empreendedores, representantes de órgãos públicos e formadores de opiniões (VEJA Mídia Kit, 2018).

A Revista Carta Capital foi fundada depois da Veja, em 1994, mas contava como fundador Mino Carta, que estava na direção da Veja quando a mesma foi fundada. Além dele Bob Fernandes, Nelson Letaif e Wagner Carelli também são fundadores. Inicialmente a revista era mensal, passou a ser quinzenal, até se tornar semanal. O foco inicialmente era abordar questões econômicas, mas com o desenvolvimento da revista, questões políticas também passaram a fazer parte do conteúdo. Ela é reconhecida pelo seu apoio declarado ao ex-presidente Lula quando o mesmo estava concorrendo às eleições presidenciais de 2002, o que causou grande debate acerca da isenção ideológica que deveria ser a base para os

meios de comunicação e também críticas, pois a revista afirma sua independência em relação a elites e poderes políticos, porém se alinhou abertamente ao governo Lula. Em relação a isso, Mino Carta afirmava que havia críticas quando necessário à atuação do governo (Popinigis, 2018).

A Carta Capital é dividida em seções que padronizam o formato da revista e as notícias que tangem o tema da política externa se encontram na seção “Nosso Mundo”. Ao contrário da Veja, as notícias referentes à política externa se encontram de forma exclusiva nesta seção. Contudo, a mesma só foi inserida como parte integrante da revista nos primeiros anos do governo Lula. Antes disso as notícias referentes à política externa eram encontradas nas seções “Economia” ou “Seu País”. A tiragem da revista é baixa, quando comparada com a Veja e varia bastante, já chegou a 85 mil na sua edição especial número 500 e hoje gira em torno de 65 - 75 mil exemplares por semana. A maioria dos leitores da Carta também são do sexo masculino (cerca de 54%), possuem mais de 35 anos e ensino superior completo; a ocupação dos leitores costuma estar vinculada às áreas de educação, comunidade e serviços sociais. Como acontece com a revista Veja, a maioria dos leitores da Carta se concentra nas classes A e B (cerca de 88%) (Carta Capital Midia Kit, 2018 e 2016).

Existe um sistema classificatório que engloba tanto a dimensão midiática quanto a política, relacionado a meios impressos, baseado nos modelos de Hallim e Mancini (2004) em que é possível classificar o Brasil como parte do sistema mediterrâneo ou pluralista polarizado. São quatro as dimensões que os autores destacaram para que se possa ter uma classificação, no que se refere à mídia. São elas: o mercado midiático, paralelismo político, desenvolvimento do jornalismo profissional e, por fim, grau e natureza da intervenção do Estado sob a mídia. Já para a parte da classificação referente ao sistema político, são cinco dimensões: a história da política no país, o modelo democrático que é escolhido, os valores políticos, as funções do governo e a presença de normas legais nos processos de governança e regulamentação.

Os outros dois modelos são o corporativista-democrático e o liberal. O primeiro tem como características uma circulação alta de jornais e a imprensa é vinculada a grupos sociais organizados. Inicialmente era caracterizado por jornalismo de opinião que agora tende a ser mais de informação. O grau de profissionalismo é alto e o Estado é conhecido pela forte intervenção no mercado midiático. O liberal é caracterizado por uma imprensa comercial que surgiu muito cedo em um ambiente de muita liberdade de expressão, não

existindo nenhum tipo de intervenção estatal, o grau de profissionalização no mercado é muito alto e o jornalismo tem foco informativo (AZEVEDO, 2006).

O Brasil seria considerado parte do modelo pluralista polarizado, porque os jornais e revistas são de baixa circulação, como se pode notar pela tiragem das revistas - mesmo a Veja possuindo a maior tiragem do país, ela ainda fica muito atrás do consumo televisivo, e se considerado o mercado impresso como um todo o consumo de jornais e revistas continua atrás do televisivo e até mesmo dos programas de rádio, sendo assim estes últimos possuem papel central no mercado midiático brasileiro. Como apontado, a mídia continua sendo propriedade de poucos no Brasil, pois vive-se uma época de conglomerados que só tende a crescer. Os dados também apontam que a mídia, principalmente a imprensa continua voltada para as elites, ou seja, para as classes A e B. Por fim, a imprensa surgiu de forma tardia no país, o jornalismo continua opinativo, voltado para defender as ideologias dos grandes conglomerados, mesmo que de forma sutil, e o profissionalismo no campo não total, ou seja, nem todos os profissionais que trabalham na área são formados em jornalismo, como pode ser visto mais adiante quando se analisa o perfil de ambas as revistas.

### **3: Veja e Carta Capital**

De acordo com Pinheiro e Jacobini (2011) as diferenças nos históricos de formação das duas revistas são relevantes. Carta Capital é mais nova e seria caracterizada pelo foco em assuntos referentes à economia. Veja é mais antiga no mercado, e tem enfoque em assuntos políticos. Isso poderá ser comprovado ou refutado de acordo com os dados levantados durante os oito anos do governo Lula, apresentados a seguir de forma separada e depois comparada.

É interessante ter em mente que a maioria dos estudos sobre o papel da mídia nas relações exteriores aponta para uma manipulação das notícias por parte da mesma, contudo Herman (1993) argumenta que os principais meios de comunicação costumam seguir uma agenda proposta e formulada pelo governo quando estão tratando de assuntos relacionados à política externa. Nesse sentido, a atuação dos meios de comunicação dentro da sociedade não costuma ser livre, sem algum tipo de influência do governo, para ele a mídia na verdade atua como um meio de suporte do próprio Estado e de possíveis elites que estejam perto dos focos de poder, comentando assuntos que sejam pertinentes a eles. Como visto na situação brasileira, os donos dos meios midiáticos em si costumam ser parte de uma elite econômica ou política que controla o fluxo de informações. Como argumentado, a mídia possui viés político e funciona como ponto entre as elites políticas e a sociedade por um lado e as mesmas elites e o âmbito internacional por outro.

Outro ponto importante é a dependência dos meios de comunicação das fontes oficiais, que costumam ser provenientes do governo, acentuando ainda mais a relação entre esses dois atores. Na comparação posterior que será feita entre as revistas Carta Capital e Veja, é interessante notar como seus posicionamentos políticos influenciam suas posições na transmissão da informação. Ainda de acordo com Herman (1993, p.3) por mais que possa existir essa relação íntima entre meios de comunicação e a elite política em algum ou alguns graus, sendo mais fortes ou mais fracas, mais próximas ou mais distantes, é possível encontrar divergências dentro dos principais meios de comunicação pois nem todos são controlados pela elite capitalista, ou pelos grandes empresários do meio midiático, ou pelos mesmos atores dentro daqueles grupos que podem influenciar e por isso não refletem as mesmas opiniões.

### 3.1 O caso da Veja

Com o intuito de se analisar melhor a relação entre mídia e política externa, tendo já citado a relação entre mídia e opinião pública, o presente trabalho irá analisar os dados quantitativos e qualitativos coletados em artigos da Revista Veja durante os anos de 2003-2010 (referentes ao primeiro e ao segundo mandato do ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva). No total foram publicadas 414 edições da revista semanal ao longo dos dois períodos da presidência analisados, sem contar as edições especiais que saíam na mesma semana que a edição normal, e que tratavam de um assunto único. Foram considerados dentro de tais edições, artigos referentes à política externa brasileira que fossem relacionados diretamente com a política e as relações internacionais do Brasil, assim como questões econômicas que envolvessem a relação entre o Brasil e qualquer outro país e sua atuação em fóruns internacionais, assim como questões diplomáticas, fossem elas ocorridas no Brasil ou no exterior, e que envolvessem o país.

Com essas características, foram encontrados 105 artigos dentro das 414 edições, com uma média de um artigo a cada quatro edições, praticamente um por mês. Um dos períodos com a maior quantidade de artigos publicados foi nos primeiros meses do novo governo (4 artigos em janeiro; 4 em fevereiro e mais 2 em março) ficando em baixa até setembro daquele mesmo ano com 1 artigo neste mês, seguido de 3 artigos em outubro, 2 em novembro, 4 em dezembro e mais 3 em janeiro e 3 em fevereiro de 2004. Em março de 2004 não houve artigos referentes à política externa, mas a partir de abril (com um artigo) vem um novo período de alta na quantidade de artigos - maio com 2, junho com 3, julho com 1, agosto com 4 e setembro com 1.

O início de 2005 é outro desses períodos, em janeiro foram encontrados 2 artigos, em fevereiro mais 2, em março foram 3, abril foram 2, maio mais 1 e em junho foram 2 artigos. O outro período com uma grande quantidade de artigos só acontece em 2010, com uma sequência que começa no fim de 2009, em novembro, com um artigo e dezembro, com dois. Em janeiro de 2010 foram encontrados 2 artigos, em fevereiro somente 1, em março são cinco, abril somam 2 artigos, maio 1 artigo, junho com 2 e julho com 1 artigo, tendo uma queda nos próximos meses com praticamente nenhum artigo até dezembro de 2010 quando surgem mais dois.

O período com menor quantidade, na verdade com nenhuma publicação referente à política externa, foi de abril a outubro de 2006. Nos outros períodos não citados as

quantidades mensais variam entre 0 e 1, alguns meses possuindo até duas publicações. Contudo, a frequência é bem pequena e a constância nos números é praticamente inexistente. O primeiro gráfico abaixo (GRÁFICO 1) é referente ao número de artigos por edição. Note-se que a edição com o maior número de artigos referentes à política externa continha somente 3, mas a regra geral era de 0 ou 1 artigo por edição.

No gráfico (GRÁFICO 2) em seguida, a análise é sobre a quantidade artigos por mês, o mês com maior quantidade de artigos, como já destacado, foi março de 2010 contando com 5, uma verdadeira anomalia tendo em vista que a partir de meados de 2005 a sequência se restringiu a, no máximo, 2 artigos por mês mas com destaque para as longas sequências de nenhum ou apenas um artigo mês após mês. Os dois primeiros anos do período analisado (2003 e 2004) possuem algumas sequências notáveis de artigos publicados mensalmente mesmo possuindo momentos sem nenhum artigo. Aqui vale destacar a inconstância na quantidade de artigos referentes à política externa publicados pela Revista VEJA, seja por edição - onde é possível ver ainda com mais clareza a quebra que existe na tiragem de tais artigos - seja por mês. E vale também o questionamento: por que tal quebra no oferecimento de informações desse tipo para o público? A resposta só é possível através de estudos como este que coletam e organizam os dados, revelando a situação atual. Com os dados é possível aprofundar posteriormente a pesquisa e entender se a inconstância na publicação de artigos que são referentes à política externa é decorrente da falta de interesse da revista, falta de profissionais qualificados, falta de interesse político dos tomadores de decisão do período, em política externa, entre outros fatores que podem ocorrer de forma conjunta ou separada.

Analisando os períodos com alta da taxa de artigos publicados em comparação com o MIP dos respectivos anos nota-se que em 2003 e 2004 a maior preocupação do brasileiro era o desemprego disparado na frente de qualquer das outras opções. Já em 2005, as coisas parecem mudar, e a corrupção se torna o maior problema que o brasileiro enxerga no país. Em 2010 o problema de saúde tem a maior taxa, seguido pelo desemprego. Assim percebe-se mais uma vez que, mesmo em momentos de alta nos artigos de política externa na revista VEJA, isto não acontece devido ao aumento do interesse da população em assuntos externos, ou pelo seu contrário, a diminuição da atenção da população a assuntos internos. Ao longo dos anos analisados neste trabalho, o que pode se perceber é uma variação, não muito grande no foco da preocupação do brasileiro, mas somente em assuntos internos, não possuindo nenhum momento em que a população tenha entendido que os problemas

externos, qualquer que fossem eles, denotassem uma preocupação que o país estivesse enfrentando.

O que motivou então um maior número de tais artigos nesses períodos? Em 2003 os artigos discorriam sobre: a nomeação e atuação de diplomatas; a situação entre o Brasil e a Venezuela (basicamente, e de forma bastante negativa, sobre a amizade do presidente na época Lula com Hugo Chávez); as viagens de Lula a fóruns internacionais e a encontros de líderes mundiais (também com um tom não muito positivo); sobre a posição do Brasil (e de Lula) a respeito das guerrilhas na América Latina; sobre a visita de Osama Bin Laden, ao Brasil, alguns anos antes do período Lula; paradiplomacia e o fato de algumas cidades brasileiras estarem despontando na economia mundial de forma independente; ainda sobre a relação brasileira e da elite intelectual do Brasil com Cuba; sobre mais um fracasso de Lula a Europa; uma atuação fraca em uma reunião da ALCA naquele período e um deslize, por elogiar a ditadura, como escreve o repórter do artigo, em um encontro da ONU e, por fim, sobre as viagens de Lula à Ásia em tom negativo.

Na maioria, praticamente na totalidade dos artigos, o tom é de completa incredulidade na política externa e de negatividade quanto às ações tomadas. As palavras de um dos próprios repórteres, na edição de número 1833, resumem bem a qualidade dos comentários feitos a respeito do governo Lula naquele ano: “Duas coisas o governo Lula tem de ruim: a primeira é sua política social, que até hoje não se viu em que consiste. A outra é a diplomacia, que já deu perfeitamente para ver do que é feita (...) a ação política de Brasília no setor externo é apenas insignificante, quando não grotesca”. Contudo um artigo é exceção: informando sobre o resultado de uma pesquisa realizada com a elite econômica e intelectual de seis países da América Latina, a revista aponta o presidente eleito como o melhor líder do Continente. Vale ressaltar, entretanto, que a reportagem, após informar tal fato, expõe os problemas por eles encontrados em uma política ‘em descompasso’.



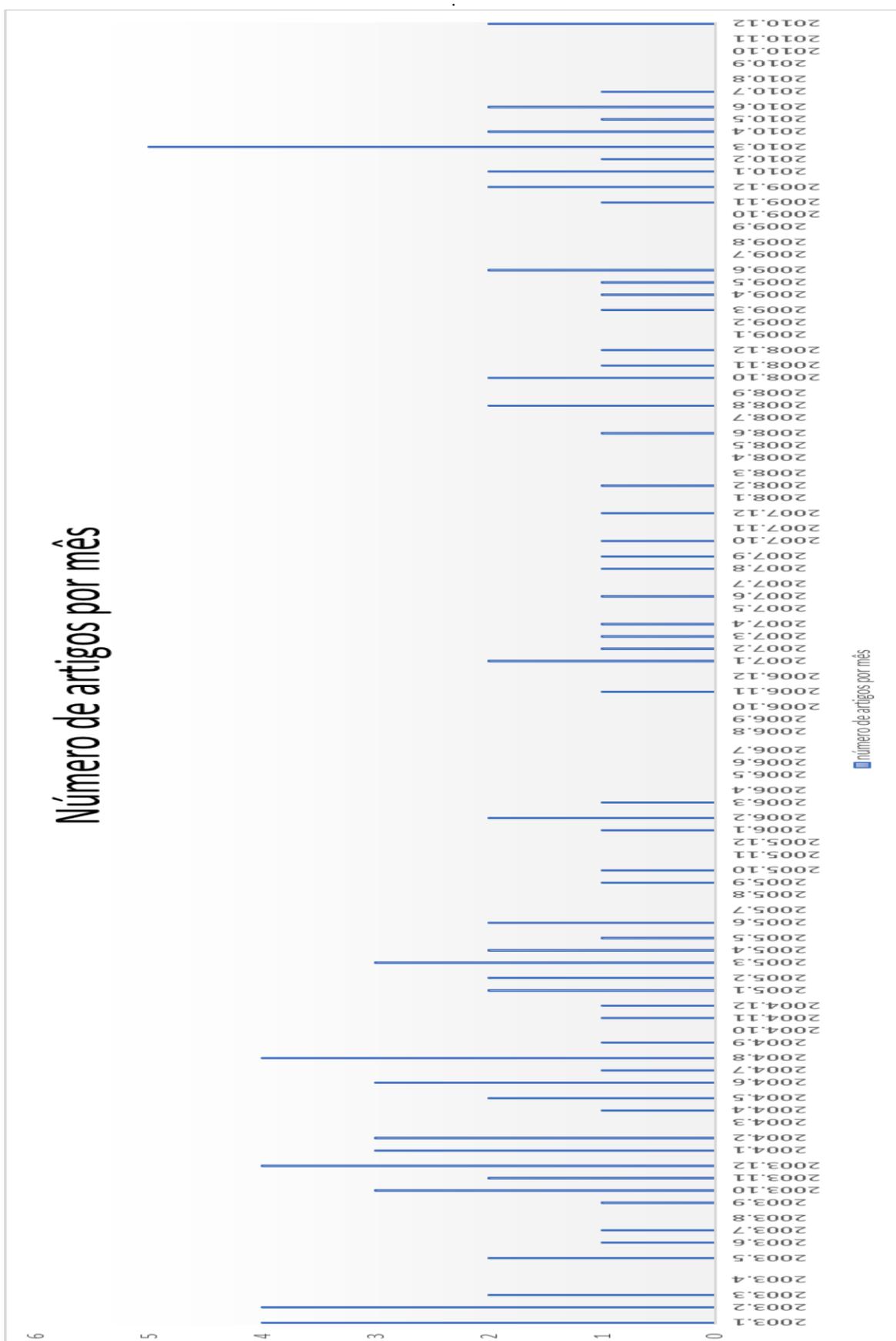


Gráfico 2 - Número de artigos por mês. Fonte: elaborada pelo autor.

Em 2004, assuntos como migração, crises diplomáticas devido a vistos, comportamentos tanto quanto constrangedores dos diplomatas, decisões questionáveis do Itamaraty e discursos do presidente que espantaram por serem “retóricos” foram bem comuns. As visitas do ex-presidente a outros países também ocuparam lugar bastante importante, assim como sua amizade com líderes considerados ditadores, ainda sendo relatadas em tom irônico e um tanto quanto repreensivo. Mesmo em reportagens positivas ainda assim se nota um tom sarcástico ou uma crítica escondida nas reportagens sobre as viagens do ex-presidente a China e a atuação do Brasil dentro da OMC, por exemplo. No fim desse ano, se percebe um maior apoio às atitudes do governo como, por exemplo, um jogo de futebol que foi organizado no Haiti e o sucesso que Lula começa a obter em fóruns internacionais. Também é possível encontrar reportagens que se contrapõem ora a favor de determinadas ações, ora contra, como no caso da OMC. Isso pode se dever ao fato de mudanças advindas com o próprio tempo que podem alterar a visão de determinadas ações e também as matérias podem ter sido escritas por pessoas diferentes.

No ano de 2005, o primeiro semestre foi de alta em reportagens a respeito da política externa e os assuntos foram praticamente uma continuação dos de 2004: comportamento dos diplomatas e ações do Itamaraty. Algumas reportagens destacando uma possível relação do PT com as Farc e problemas com o vizinho argentino, além da atuação do Brasil na ONU buscando seu assento no Conselho de Segurança. Em 2010 as reportagens se referiram à relação do Brasil com o Haiti, devido ao terremoto naquele país, sobre cooperação econômica, militar e social, atenção às relações de Lula com outros líderes considerados ditadores ou comunistas, com destaque a Chávez, Raul e Fidel Castro, a visita de Hilary Clinton ao Brasil, as viagens do ex-presidente, ampliação da atuação diplomática brasileira pelo mundo com novas embaixadas e consulados, tudo isso com tom negativo. Tendo um tom mais leve apenas as notícias de teor mais econômico, como a atuação do Brasil na OMC e FMI.

Os períodos com menores publicações de artigos referentes à política externa se estendem de meados de 2005 ao final de 2009, sendo que o período mais longo sem publicação foi o de abril a outubro de 2006. Nos outros, houve muita inconstância, com publicação de artigos por mês variando entre 0 e 1, com meses contendo até 2 artigos. A situação interna do país era de escândalos de corrupção sendo descobertos, começando em maio de 2005, com a CPI do mensalão. Durante os anos de 2006 e 2007 novos problemas relacionados a corrupção foram surgindo, como: mensalão 2, máfia dos sanguessugas,

máfia dos juízes e muitos casos de operações anticorrupção que também foram relatados pela revista VEJA nesse período.

Quanto ao âmbito internacional, os assuntos nesse período foram a respeito da política externa ‘desastrosa’ mascarada pelos escândalos de corrupção, as viagens de Lula ao exterior, atuação fraca frente a outros países emergentes em relação ao comércio exterior, conflitos dentro do Itamaraty quanto à política externa e atuação de diplomatas, questões sobre imigração e a relação do Brasil com líderes considerados ‘atrasados’ ou ‘contra a liberdade’. Na maioria das reportagens desse período o tom foi negativo, não apoiando as ações de política externa, sendo em muitos casos abertamente contra. As poucas vezes em que o tom da reportagem foi mais leve, demonstrando uma inclinação ao apoio foi quando se tratava de visitas a países mais ‘desenvolvidos’ como a visita de Lula ao Reino Unido e sobre sua relação com o governo americano. Também em algumas reportagens sobre a OMC foi possível notar um apoio à agenda internacional que estava se formando, tendo em vista a ênfase que foi dada uma agenda mais moderna que nos demais vizinhos.

A maioria das notícias verificadas em todo o período teve teor diplomático, seja relacionado a ações de política externa, a diplomatas específicos, ao Itamaraty como um todo ou ainda apenas ao Lula (e principalmente suas viagens) sendo 69 reportagens sobre este assunto. O segundo assunto mais abordado foi sobre a atuação da diplomacia brasileira (e isso inclui a atuação do próprio Lula) em fóruns internacionais, principalmente a respeito de questões econômicas e ou sobre comércio exterior, sendo eles a ALCA, OMC, Mercosul e FMI. Os outros assuntos foram a respeito da diplomacia com fins meramente econômicos (4 artigos), imigração (3 artigos), assuntos políticos que envolviam discussões nucleares (2 artigos) e políticas relacionadas ao meio ambiente (2 artigos).

Além dessa divisão abordando o conteúdo mais geral (GRÁFICO 3) sobre o qual os artigos discutem, as 105 reportagens analisados também foram divididas de acordo com o seu teor contrário, neutro ou mesmo a favor das ações ali informadas. Por contrário, ou negativo, têm-se as reportagens que explicitam, de forma cabal, negatividade com relação às ações e aos fatos apresentados. Dentro dessa categoria se encontram 46 reportagens, que versam principalmente sobre as viagens de Lula da Silva no período em que foi presidente e sobre a atuação do Itamaraty e ações de diplomatas específicos.

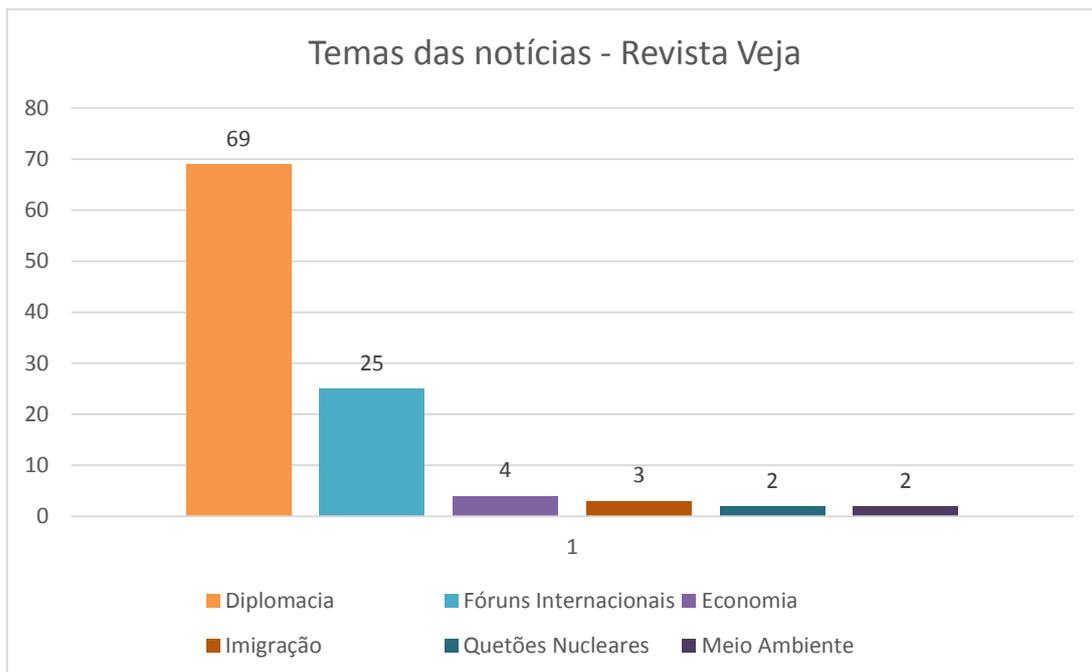


Gráfico 3- Temas das notícias Revista VEJA. Fonte: elaborada pelo autor.

Quanto às reportagens de teor neutro, elas representam aquelas que, primeiro, informam sobre ações de política externa de outros países e que afetam o Brasil; nesses casos a imprensa manteve neutralidade ao apresentar os fatos. Segundo, é referente às notícias de política externa brasileira, em que não foi possível notar de forma explícita comentários contrários ou a favor das ações que são informadas. Terceiro, também representam aquelas reportagens em que mesmo noticiando algum evento que em uma leitura rápida parecem bons, em uma segunda leitura mais atenciosa se notam contradições, ou seja, por mais que contenham comentários positivos, também contêm comentários negativos que se anulam.

Neste ponto, cumpre destacar dois fatores relevantes que compõem essa divisão: o primeiro é que se uma notícia que foi escrita de forma a conter perspectivas contra ou a favor do governo pode ser fator relativo já que, após uma leitura, uma pessoa com determinada posição política pode ter uma visão e outra com outra posição pode ter outra, isso para ficar somente nas questões políticas e não adentrar questões sociais, econômicas e culturais que moldam a perspectiva de qualquer um. Por isso nota-se a variedade de notícias que se encaixam no campo “neutro”. Para uma análise mais objetiva possível, foram descartadas aquelas em que não foram encontrados comentários positivos ou negativos explícitos. O que leva ao segundo ponto: a revista tem alguns artigos informando sobre ações que em um primeiro momento parecem ser positivas para o país; mas, após uma leitura um pouco mais aprofundada proporcionam críticas escondidas e comentários

de teor um tanto quanto irônicos. Para não adentrar esses tipos de questões mais relativas e objetivar a análise, optou-se por classificar tais notícias como neutras. Tendo essas informações em mente, foram classificadas como neutras 34 notícias ao longo dos dois mandatos do ex-presidente Lula<sup>6</sup>.

As notícias classificadas como ‘a favor ou positivas’ representam aquelas que, de alguma forma, possuem comentários favoráveis às ações ou, na maior parte de tempo, aos resultados da política externa brasileira, ou seja, ao final da leitura o leitor entenderá que o que está sendo relatado é positivo. Dentro dessa classificação foram encontrados 25 artigos que versam, na maioria, sobre realizações econômicas brasileiras, além da atuação e a relação com fóruns internacionais, em sua maioria também referentes a questões econômicas. Tais análises se encontram no gráfico 4 abaixo.

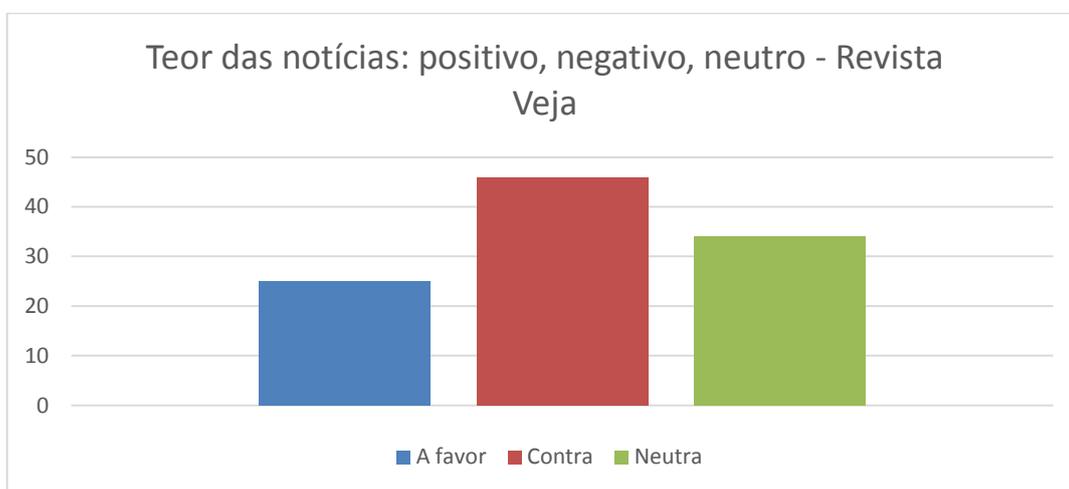


Gráfico 4 - teor das notícias Revista Veja. Fonte: elaborada pelo autor.

Outra divisão interessante que ocorreu na análise dos dados, destacada no gráfico 5, foi a quantidade de citações diretas que ocorreram ao nome Lula da Silva nas reportagens e sua atuação como expoente da PE brasileira. No presente trabalho, estamos analisando o período Lula, de 2003 a 2010, mas não especificamente sua figura como líder. No entanto, nas reportagens, sua figura era citada diretamente como expoente da política externa; o Itamaraty e diplomatas que têm os nomes citados de forma específica pela revista aparecem de forma esporádica e com pouca autonomia frente ao presidente na época. Essa situação é válida também para o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim que, por

<sup>6</sup> Especificamente sobre a Carta Capital, não foi possível o acesso a 21 reportagens, apenas aos seus títulos e um breve resumo sobre o que seria tratado, contidos nos índices, com isso foi possível concluir que 1 reportagem era positiva e duas eram negativas, nas que não foi possível a dedução pelo índice foram classificadas como neutras de forma a não pesar nem como negativas nem como positivas.

mais que tenha permanecido como ministro pelo mesmo período (2003-2010) foi pouco citado de forma independente, ou seja, sendo ele o único citado na reportagem ou como representante de fato da política externa brasileira, pouco se viu de sua atuação como ministro. Nos outros casos Luiz Inácio Lula da Silva foi citado exclusivamente como o *decision maker* da política externa brasileira ou, quando o ministro era citado, foi representado como o proeminente, aquele que tem mais poder decisório. Do total de 105 reportagens, 34 não citaram o nome do ex-presidente contra 70 que envolveram diretamente o nome de Lula<sup>7</sup>. Das notícias que envolveram Lula diretamente, 41 se enquadram como negativas, 9 como neutras e 20 como positivas, como mostra o gráfico 6.

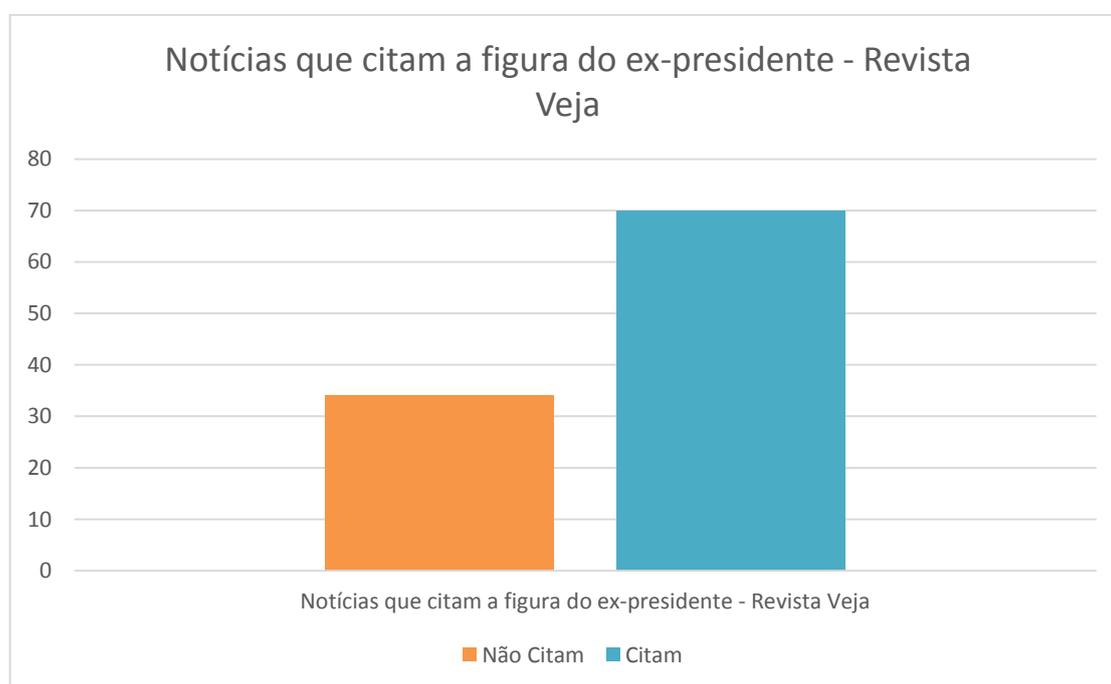


Gráfico 5 - Notícias que citam a figura do ex-presidente - Revista Veja. Fonte: elaboração do autor.

O fato da maioria das reportagens envolverem a figura do presidente Lula, pode ser uma influência do processo de diplomacia presidencial que vinha ocorrendo na política externa brasileira desde os anos 1980 e que se tornou mais forte com Fernando Henrique Cardoso e depois com Lula. Tal processo é caracterizado pela atuação mais direta da presidência nos assuntos referentes à política externa, enquanto antes estes assuntos eram tratados pelo Ministro de Relações Exteriores ou por altos oficiais responsáveis por isso. Durante os governos dos dois ex-presidentes supracitados a situação se alterou. Isso pode ser comprovado pela quantidade de viagens ao exterior de cada um, sendo que Lula foi o

<sup>7</sup> Não foi possível o acesso a uma das notícias na íntegra, ou seja, não foi possível lê-la de forma completa por isso não se pode afirmar se foi citado diretamente o nome do ex-presidente ou não.

que mais viajou, tendo feito mais de 60 viagens apenas no primeiro mandato (Cason e Power, 2009). Durante as leituras das reportagens fica claro o foco da Revista Veja nas viagens do ex-presidente Lula, tanto na sua atuação quanto também no local do destino. Ao contrário do FHC, Lula focou nas relações sul-sul, principalmente com o continente africano. De tal modo:

Essa nova realidade diplomática, em que os presidentes são detentores ativos de interesses internacionais e as cúpulas internacionais multilaterais ocorrem com frequência, também alterou a relação entre a opinião pública, a mídia e a política externa. Enquanto a política externa estiver intimamente associada com o presidente, seus atos no exterior naturalmente recebem mais atenção da mídia, e a diplomacia é forçada a responder mais a opinião pública, o que também contribui para a politização de assuntos internacionais (CASARÕES, 2012, p.216).

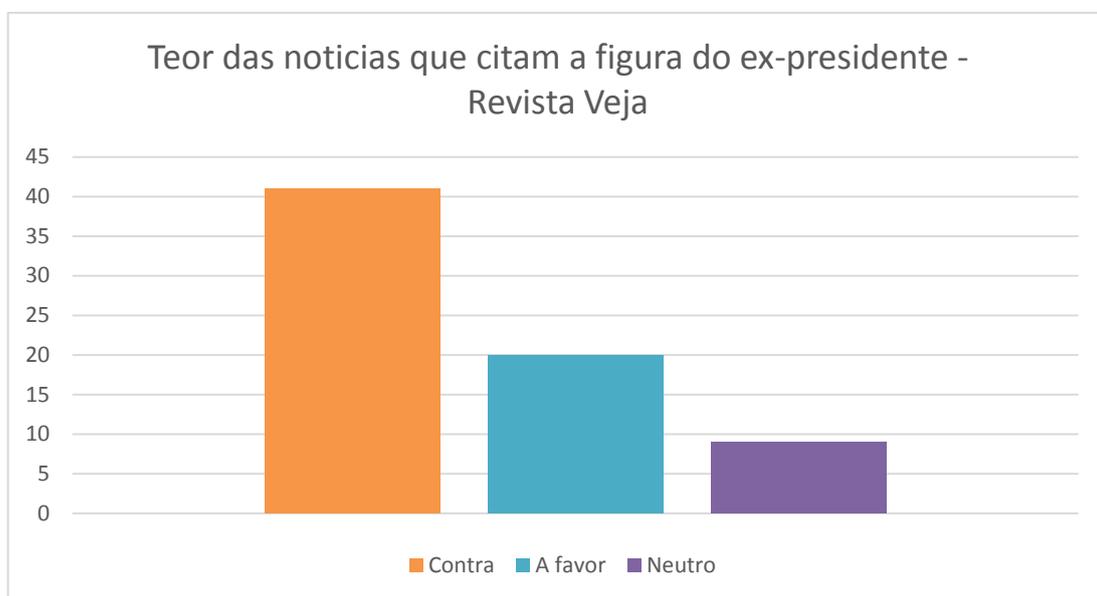


Gráfico 6 - teor das notícias que citam a figura do ex-presidente Lula. Revista Veja. Fonte: elaboração do autor.

As reportagens normalmente tratavam das relações exteriores do Brasil com algum outro país, conjunto de países e ou fóruns e organizações internacionais. Outras eram referentes exclusivamente à política externa brasileira, sem comentários sobre acordos ou interações entre o Brasil e outro ator internacional. Encaixam-se nessa categoria 32 notícias. As outras 73 notícias se referem às relações com países emergentes (5), à cooperação sul-sul (5), a relações específicas com outras regiões como Oriente Médio (4) e América do Sul (3); sobre organizações internacionais, 7 notícias foram referentes às atividades na OMC, 4 referentes à ALCA, 2 sobre atividades dentro do âmbito da ONU e 1 para o Mercosul, para o FMI, sobre o BRICS e sobre G20 (uma reportagem sobre cada

um). Quanto às relações especificamente bilaterais, a maior quantidade de reportagens foi sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos, com 11 reportagens, seguido das relações Brasil-Colômbia, contando com 8 artigos. Seguem a lista, Cuba com 5 artigos e Venezuela e Haiti com 2 cada. Índia, China, Iraque, Argentina, Japão, Inglaterra, El Salvador, Honduras, Suriname, Paraguai e Itália são os outros países aos quais as reportagens fazem referências com respeito às relações bilaterais, cada um com um artigo no período analisado.

Por fim, é válida uma pequena análise do perfil dos jornalistas que escreveram as reportagens. No total, apenas 15 reportagens não contavam com o nome dos autores<sup>8</sup>. As demais foram escritas por 42 jornalistas diferentes, umas com uma única autoria, outras com colaborações. Os que mais escreveram foram Eduardo Salgado, Chrystiane Silva, Policarpo Junior e Leandra Peres, cada um com seis reportagens. Seguem com cinco reportagens cada Alexandre Oltramari, Diogo Schelp, Otávio Cabral; com quatro: Duda Teixeira, Ronaldo França e Monica Weinberg; com três: Malu Gaspar, Lucila Soares, Giuliano Guandani, João Gabriel de Lima e Julia Dualibi; com duas: Leonardo Coutinho, André Petry, Carlos Rydlewsky, Marcelo Carneiro; e com apenas uma reportagem ao longo dos 8 anos: Vilma Gryzinsky, Gabriela Carelli, Raul Juste Lore, Mario Sabino, Adriana Sousa Silva, Silvana Mautone, Sandra Brasil, Jaime Klintowitz, Cintia Borsato, Denise Dweck, Heloisa Joly, Ronaldo Soares, Daniela Pinheiro, Renato Piccin, Sophia Krause, Augusto Nunes, Luís Guilherme Barrucho, Ana Claudia Fonseca, Laura Diniz, José Eduardo Barella.

Percebe-se um equilíbrio entre homens e mulheres. A maioria tem formação na área jornalística sendo que alguns outros são formados em áreas relacionadas com economia e história; somente em um se verificou a formação no campo das Relações Internacionais. Além disso, não foi possível confirmar vivência internacional na maioria dos jornalistas até o período do final do mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (seja estudando ou trabalhando em outros países).

Veja não tem parcerias explícitas com Universidades (mesmo sendo a Unicamp uma fonte dentre as reportagens analisadas). Conta também como fontes nomes como Paulo Roberto Resende (cientista social - USP), Martin Feldstein (Economista americano), Roberto Gianette da Fonseca (especialista em comércio exterior), Alberto Ferrari

---

<sup>8</sup> Não foi possível verificar se havia a autoria de alguém na reportagem a que não se teve acesso na íntegra.

Elchberry (diretor do instituto de estudos brasileiros da Universidade Nacional San Martin), Samuel Pinheiro Guimarães (secretário geral do Itamaraty na época), Carlos Langoni (ex-presidente do Banco Central), Luiz Felipe Lampreia, Rubens Barbosa, Henrique Altemani, Antônio Palocci, Maílson Nobrega, Ricardo Senes (PUC-SP), George Avelino (FGV), Roberto Bouzas (professor de economia internacional da Universidade de Buenos Aires), Carlos Pio (IRI UNB), Paulo Nogueira Batista Jr (economista), Fernando Cardim de Carvalho (UFRJ). Óbvio, as fontes da Revista Veja não se restringem a estas, nem é de interesse deste trabalho aprofundar-se na relação entre as fontes e o conteúdo das notícias - que pode ser influenciado de acordo com a visão da fonte - mas apenas exemplificar aquelas mais citadas ao longo dos oito anos.

### **3.2 O Caso da Carta Capital**

Para fins comparativos, a mesma análise foi aplicada ao caso da revista Carta Capital, no qual também são analisados os dados quantitativos e qualitativos coletados em artigos referentes à política externa brasileira durante os dois mandatos do ex-presidente Lula da Silva (2003-2010). Ao todo foram analisadas 406 edições da revista, que possui tiragem semanal. Edições especiais não fazem parte da análise. Da mesma forma como ocorreu na análise do caso referente à revista Veja, foram considerados os artigos que tratavam da política externa brasileira: os que abordassem política e relações internacionais do Brasil, questões econômicas que versassem sobre a relação do Brasil com qualquer outro país, além de artigos sobre a atuação brasileira em fóruns internacionais que tenham ocorrido no Brasil ou no exterior, ou seja, que tratassem de questões diplomáticas.

De acordo com essas características foram encontrados 115 artigos nas 406 edições. É uma média de 1 artigo a cada quatro edições lançadas. O período em que foi publicada a maior quantidade de artigos é o dos primeiros quatro anos do governo, com destaque para o intervalo entre meados de 2004 até meados de 2005. Mas o início de 2003 também apresenta quantidades consideráveis de artigos (3 em janeiro; 3 em fevereiro; 1 em março; 3 em abril; 3 em maio) situação que também se apresenta no fim do mesmo ano (4 em agosto; 2 em setembro; 3 em outubro). Depois do intervalo de nenhuma ou uma publicação por mês entre novembro de 2003 e março de 2004 existe uma frequência de publicações (1 em abril; 6 em maio; 3 em junho; 1 em julho; 1 em agosto; 3 em setembro; 1 em outubro; 2 em novembro e 5 em dezembro).

O ano de 2005 acompanha essa tendência a uma constância de artigos referentes à política externa. Sem contar com janeiro que não teve publicação: são 2 em fevereiro; 3 em março; em abril não se encontraram artigos; 3 em maio; 2 em junho e 1 em julho; agosto não apresenta nenhum artigo, mas é seguido por setembro com 2 e outubro com 1. Depois disso a frequência na quantidade de artigos passa a ser, na maior parte dos meses, de 1 ou 2, por mês, tendo alguns casos de meses com 3 ou 4 artigos, e outros meses específicos em que se verifica um salto na quantidade de costume, como é o caso de maio de 2006 (com 5 artigos) e outubro de 2008 (com 7 artigos).

Nos últimos anos do governo, principalmente a partir de meados de 2009, percebe-se queda no número de publicações, havendo sequências de vários meses sem nenhum artigo. Dentro desse período existem intervalos em que não houve nenhuma publicação durante meses; destaca-se o intervalo de abril até dezembro de 2009 e abril até julho de 2010. Durante esse período a quantidade de artigos publicados foi muito baixa; no intervalo entre março de 2009 até dezembro de 2010 foram publicados apenas oito artigos referentes à política externa brasileira na revista Carta Capital. O gráfico 7 (disposto abaixo) é referente ao número de artigos por edição. Percebe-se que a edição com o maior número de artigos continha 4, e que a regra geral era de 1 ou 2. Já o gráfico 8 é referente à quantidade de artigos por mês. O maior número de artigos verifica-se em outubro de 2008, 7 artigos, o que merece destaque tendo em vista que após esse período a quantidade de artigos por mês tem uma baixa, o número não se mantém, sendo que a maioria dos meses tem apenas 1 ou 2. Março de 2009 também é um destaque entre meses com tão poucas publicações, sendo o segundo mês com o maior número de artigos (contabilizando 5).

Os três primeiros anos do primeiro mandato do governo Lula (2003, 2004 e 2005) se destacam com sequências de artigos publicados mensalmente, havendo pouquíssimos meses sem nenhum artigo. Destaca-se com isso a constância do tema política externa na revista Carta Capital. Contudo no segundo mandato a situação não se mantém, e se nota uma queda nos números de artigos publicados, seja mensalmente, seja por edição – o que deixa ainda mais evidente essa quebra - e, portanto, uma inconstância. Comparando os anos com alta taxa de artigos publicados (2003, 2004 e 2005) com o MIP dos respectivos anos, tem-se que em 2003 e 2004 a maior preocupação dos brasileiros é com o desemprego, em 2005 há uma mudança, e a corrupção passa a ser o maior problema do país de acordo com os brasileiros.

Nota-se semelhança com o caso da Veja: mesmo em períodos com alta na quantidade de artigos de política externa, a causa não parece ser devido ao aumento do interesse da população em assuntos externos, ou mesmo por uma queda na atenção a assuntos domésticos por parte dos brasileiros. Com o que se analisou neste trabalho, o que se percebe ainda é uma variação na preocupação do brasileiro, mas o foco permanece de forma quase total em assuntos domésticos, sendo os problemas externos, de qualquer natureza, não considerados pela maioria dos brasileiros.

Os artigos da revista Carta Capital analisados durante o período de maior taxa de artigos publicados tratavam principalmente da atuação do novo presidente. Em 2003 o foco foi na nova forma de atuação, nas mudanças na relação com os EUA, na boa atuação do ex-presidente frente aos países da América Latina, assumindo o papel na liderança da diplomacia e na formulação da política externa brasileira, sobre os encontros com o líder venezuelano na época e também sobre a atuação da diplomacia brasileira em fóruns internacionais como em Davos, no FMI, Mercosul e Alca. As relações que mais são reportadas nesses primeiros anos de mandato são referentes aos EUA, China e Venezuela, tratando principalmente de relações e acordos comerciais com os dois primeiros e relações diplomáticas com o último. Em 2004 os assuntos tratados nas reportagens foram praticamente uma continuação de 2003: os acontecimentos referentes à relação do Brasil com os EUA, relações com países do oriente, principalmente o crescimento das relações comerciais com a China e o desempenho da diplomacia brasileira, com destaque para a atuação do ex-presidente em fóruns internacionais como a ONU e o FMI. O ano 2005 não foge à regra tratando dos mesmos assuntos: relações com China e EUA, atuação presidencial em fóruns políticos internacionais como OEA, FMI, ONU; destaque para a relação com a Venezuela, países emergentes e os BRICS.

As reportagens, no início, aparecem em sua maioria com tom positivo sobre a política externa que está sendo executada, favorecendo principalmente a imagem do ex-presidente Lula como um líder que se engaja na formulação da política externa. As reportagens costumam ser iniciadas com contextos históricos (por vezes não muito breves) sobre o que se pretende tratar. É difícil – e ressalta-se aqui, não em um sentido crítico - identificar exatamente o assunto que se pretende abordar, pelo fato da reportagem não apenas trazer as ações de política externa que são tomadas pelo Brasil, mas também as ações e os acontecimentos, de forma detalhada, do outro país ou do fórum, em suma, do outro ator na relação com o Brasil de que trata a reportagem. Algumas reportagens podem

até tratar de assuntos relacionados ao Brasil, mas na tentativa de explicar de forma abrangente todas as variáveis, elas se tornam por vezes longas e apenas tangenciam o tema de política externa brasileira.

Tome-se como exemplos muitas das reportagens que se encaixavam na seção ‘Nós e o Mundo’ - uma seção dentro da revista que apareceu ao longo dos anos estudados, e que pretendia agrupar reportagens que tratassem do Brasil no ambiente internacional. O fato é que, principalmente a partir de meados de 2008 (com a crise americana), muitas das reportagens dessa seção tratavam da crise americana e como isso afetava o mundo, citando o Brasil de forma tangencial, não tratando especificamente da política externa brasileira. De forma ilustrativa se demonstrava mais como a situação externa afetava o país, do que as ações que o país tomou para tratar do assunto no âmbito internacional. Assim, ao longo da leitura dos artigos, por mais que parecesse, em um primeiro momento, tratar da atitude do Brasil em relação a outros atores na arena internacional, e assim, da política externa brasileira, na verdade apenas englobava o Brasil em grupos como emergentes, cone sul ou América Latina ao tratar de acontecimentos internacionais.

Depois desses três anos com um bom número de artigos que tangenciavam o tema da política externa, a quantidade tornou-se inconstante, provavelmente pelo menos motivo que levou uma queda de publicação de artigos na revista Veja durante o mesmo período: A situação doméstica brasileira era de escândalos relativos à corrupção, que começaram em 2005, sendo a CPI do Mensalão o primeiro a ser reportado. Ao longo de 2006 e 2007 mais problemas internos surgiram e a atenção se voltou para reportagens que tratassem dos assuntos internos. Percebeu-se muitas reportagens, durante o segundo mandato, a respeito da atuação da mídia no Brasil, em tom negativo e na formulação de uma imagem ruim do governo, sendo Carta Capital contra essas ações. Durante esse último mandato as reportagens trataram principalmente das relações com os EUA, com ênfase na ação brasileira em relação à crise que começou em 2008. Também se tratou da Bolívia, a relação do ex-presidente e do PT com as FARC, com emergentes, com Equador e com a Itália. Nos últimos anos a tendência foi de reportagens com tom mais negativo principalmente em se tratando da relação do Brasil com os EUA e a atuação do Brasil em fóruns internacionais, que na visão da revista havia caído e deixado de aproveitar muitas oportunidades.

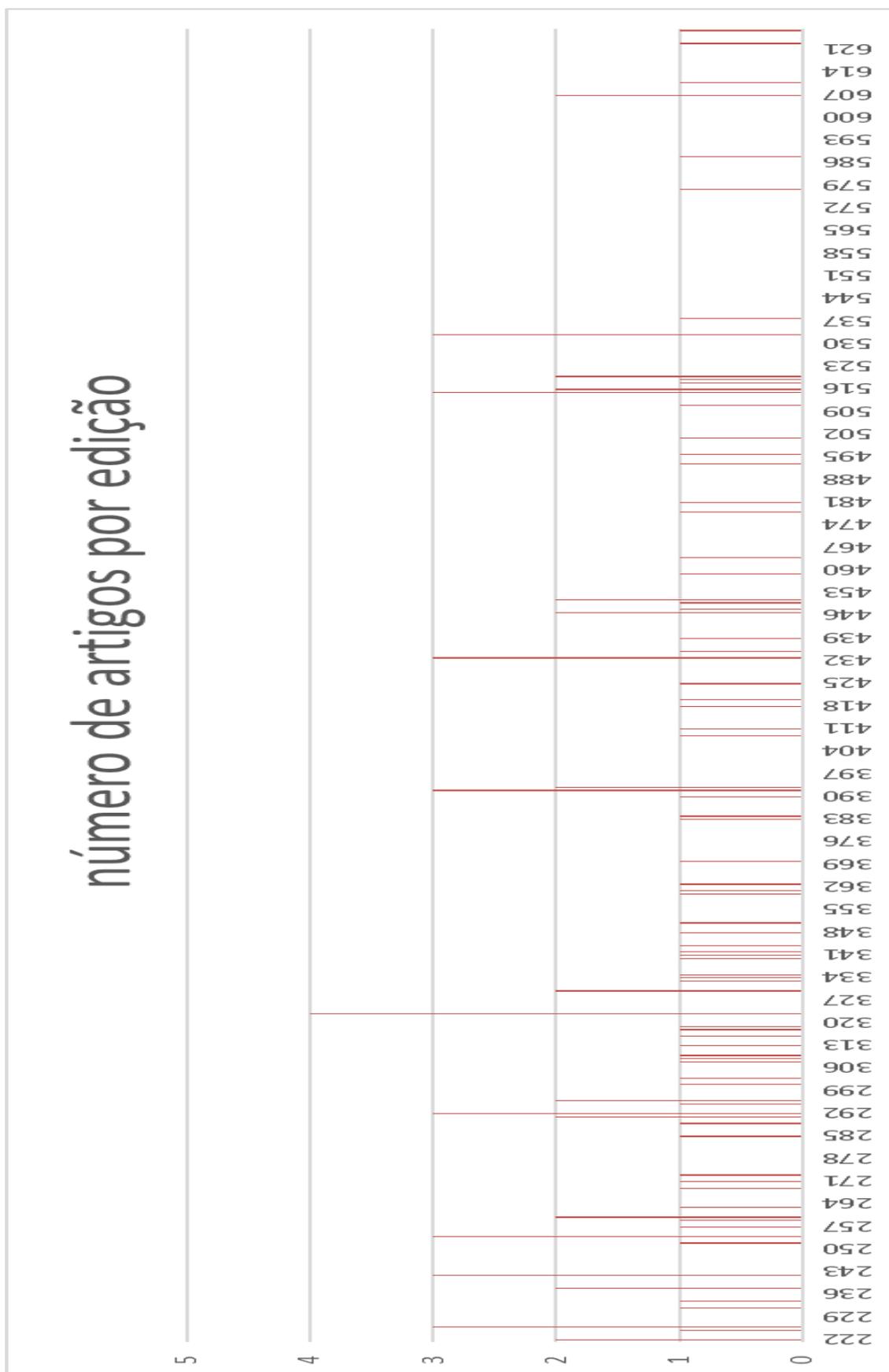


Gráfico 7- Número de artigos por edição. Revista Carta Capital. Fonte: elaboração do autor.

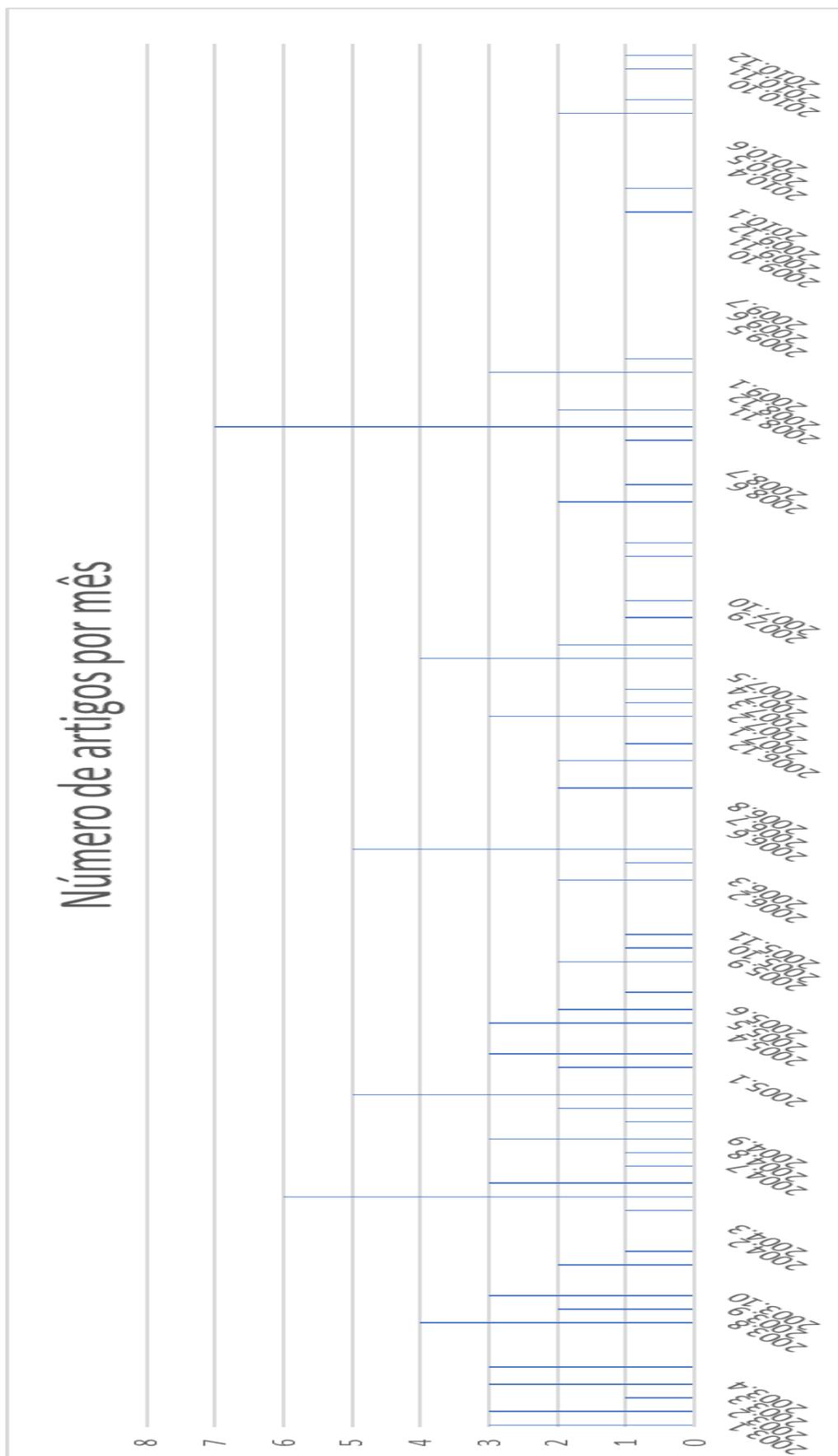


Gráfico 8 - Número de artigos por mês. Revista Carta Capital. Fonte: Elaboração do autor.

A maioria das notícias verificadas em todo o período tem teor econômico, e é possível notar essa tendência principalmente a partir de 2008 com a crise econômica que ocorre nos Estados Unidos e é sentida depois por todo o mundo. São ao todo 59 notícias sobre o assunto, totalizando mais da metade das 115 notícias durante todo o período aqui estudado, como mostra o gráfico 9. O segundo assunto que mais aparece como tema principal das notícias é a diplomacia, com destaque para a atuação do presidente na liderança de acordos e na formulação da nova política externa e a relação do Brasil com outros países. São ao todo 37 notícias com esse tema. Nessa categoria também se enquadram as notícias que têm o tema da política externa brasileira em si, não tratando da relação do Brasil com países específicos ou em fóruns específicos. Essa categoria se refere à formulação e à agenda da política externa sem necessariamente levar em conta a relação brasileira com outros atores. Trata especificamente da formulação da imagem e dos próximos passos brasileiros de forma independente. Segue em terceiro lugar o tema da atuação da diplomacia brasileira em fóruns internacionais sendo 6 reportagens sobre o FMI, 4 sobre o Mercosul, 1 sobre a ONU, 1 sobre a ALCA, 1 sobre a OEA e mais 1 sobre a OMC. Segue então o tema da segurança, com três artigos, meio ambiente e geopolítica com um artigo cada.

Assim como em VEJA, além dessa divisão geral em temas sobre os quais os artigos discorrem (GRÁFICO 10), as 115 reportagens analisadas também foram divididas de acordo com o seu teor contrário, neutro ou mesmo a favor das ações ali informadas. Por contrário, ou negativo, têm-se as reportagens que explicitam negatividade. Dentro dessa categoria são encontrados 28 artigos que versam principalmente sobre as relações do Brasil com os EUA e a atuação brasileira ante a crise de 2008 e os anos que a seguiram.

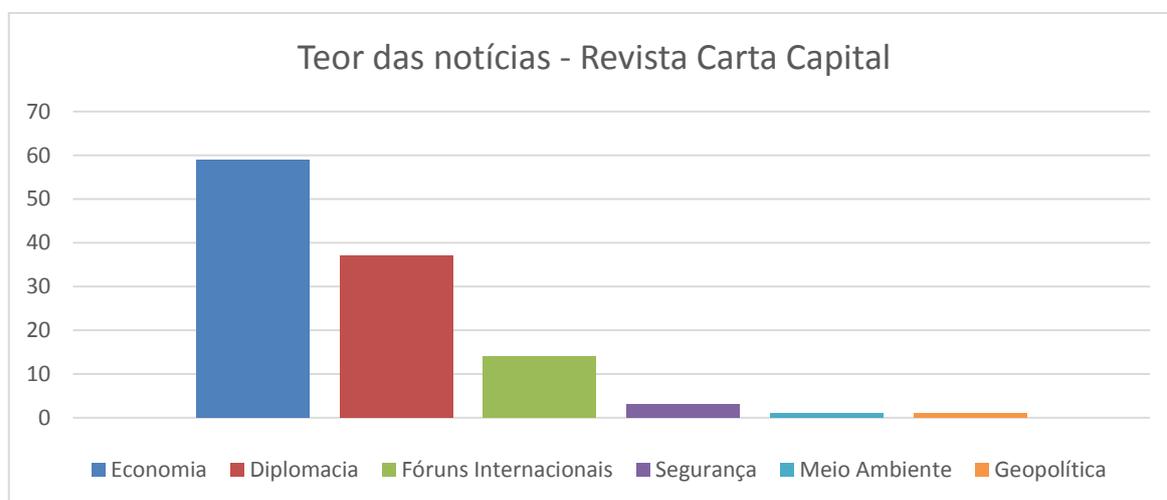


Gráfico 9 - Tema das notícias. Revista Carta Capital. Fonte: Elaboração do autor.

Da mesma forma da análise com a revista VEJA, reportagens de teor neutro representam aquelas que, primeiro: informam sobre ações de política externa de outros países e que afetam o Brasil, mantendo a neutralidade de apenas anunciar tais fatos. Segundo: referem-se às notícias de política externa brasileira, em que não foi possível notar, de forma explícita, comentários contrários ou a favor das ações que são informadas. Terceiro: também representam aquelas reportagens em que mesmo noticiando algum evento que em uma leitura rápida parecem bons, em uma segunda leitura mais atenciosa se notam contradições, ou seja, por mais que contenham comentários positivos, também contêm comentários negativos que se anulam.

Destacam-se novamente dois fatores muito importantes que compõem essa divisão: o primeiro é que se uma notícia teve repercussões negativas ou positivas, ou se, uma notícia foi escrita de forma a conter perspectivas contra ou a favor do governo, pode ser fator relativo, já que após a leitura uma pessoa com determinada posição política pode ter uma visão e outra, com outra posição, pode ter outra; isso para ficar somente nas questões políticas e não adentrar questões sociais, econômicas e culturais que moldam a perspectiva de qualquer um. Por isso nota-se a variedade de notícias que se encaixam no campo “neutro”, porque para uma análise mais objetiva e possível, foram descartadas aquelas em que não foram encontrados comentários positivos ou negativos explícitos.

O segundo ponto, em relação à revista Carta Capital é que, como destacado acima, as reportagens costumam ter contextos históricos e não serem tão diretas quanto à política externa brasileira, abordando muitos fatores em uma só reportagem. Isso tornou difícil a análise mais direta sobre a posição da revista especificamente sobre a agenda da política externa. Naquelas em que não ficou clara a posição da revista, a classificação que se optou foi a de neutralidade. Tendo essas informações em mente, foram classificadas como neutras 69 notícias ao longo dos dois mandatos do ex-presidente Lula.

As notícias ‘a favor ou positivas’ representam aquelas que, de alguma forma, possuem comentários favoráveis às ações ou, na maior parte de tempo, aos resultados da política externa brasileira, ou seja, ao final da leitura o leitor entenderá que o que está sendo relatado é positivo. Dentro dessa classificação foram encontrados 18 artigos que versam, na maioria, sobre a atuação diplomática brasileira principalmente da ação direta do ex-presidente Lula. Também tratam da atuação em e a relação com fóruns internacionais em busca de questões sociais.

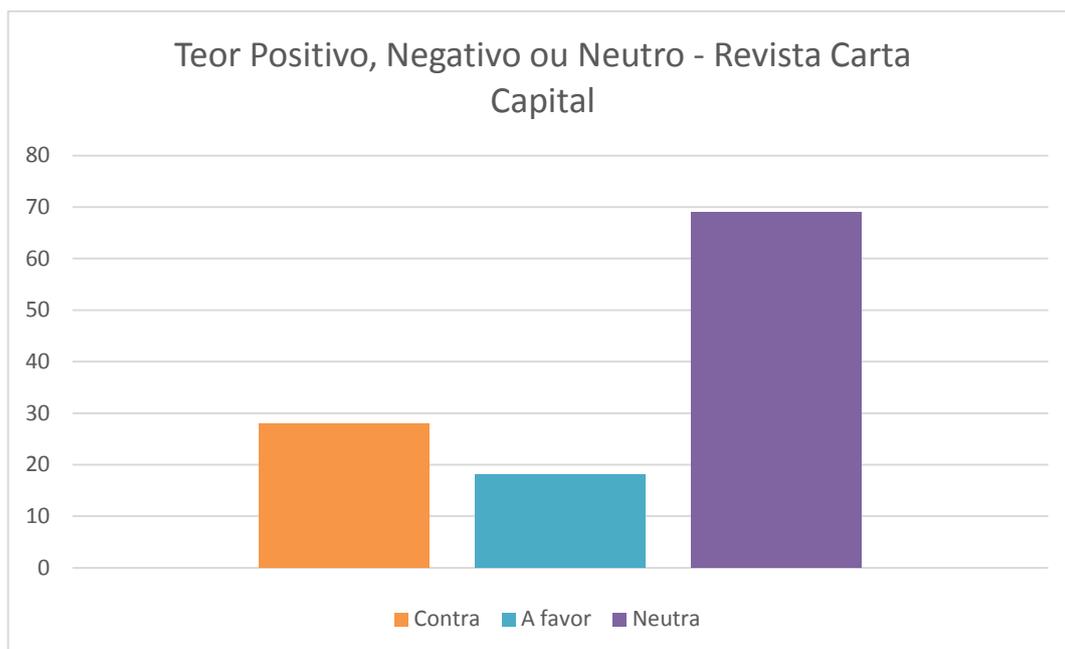


Gráfico 10 - Teor das notícias. Revista Carta Capital. Fonte: Elaboração do autor.

A outra divisão utilizada foi a quantidade de citações diretas que ocorreram ao nome de Lula da Silva nas reportagens e sua atuação como expoente da PE brasileira (GRÁFICO 11). Ao contrário do que acontece na revista VEJA, Lula da Silva e sua atuação direta na formulação da política externa é bastante citada, principalmente no início do primeiro governo. A atuação do Itamaraty e de outros responsáveis pela política externa brasileira, na época, também são citados, bem mais do que na VEJA, onde isso quase não ocorre. Celso Amorim (ministro das relações exteriores) e Marco Aurélio Garcia (assessor especial para assuntos internacionais do governo Lula) aparecem em muitas reportagens, de forma independente, ou seja, sem ligação direta com a figura do ex-presidente, dando inclusive entrevistas exclusivas durante o período (4 entrevistas de Celso Amorim e 1 de Marco Aurélio). Assim, Lula da Silva não aparece como o único *decision maker* da PE brasileira. Por mais que ele apareça como líder e como aquele que terá a última palavra, os outros participantes da formulação da PE brasileira, sejam os diplomatas ou o ministro das relações exteriores, estes também são citados, e assim, é visível a atuação dos mesmos durante esse período. Do total das reportagens, 38 citaram o ex-presidente Lula contra 60 que não envolveram diretamente sua figura<sup>9</sup>. Das notícias que focalizaram a figura presidencial, 17 foram neutras, 15 positivas e 6 negativas (GRÁFICO 12).

<sup>9</sup> Das 21 reportagens sem acesso, em 17 não foi possível afirmar se tratavam do envolvimento do ex-presidente na formulação da política externa. Contudo em quatro foi possível através dos títulos e das informações que são ofertadas nos índices das revistas.

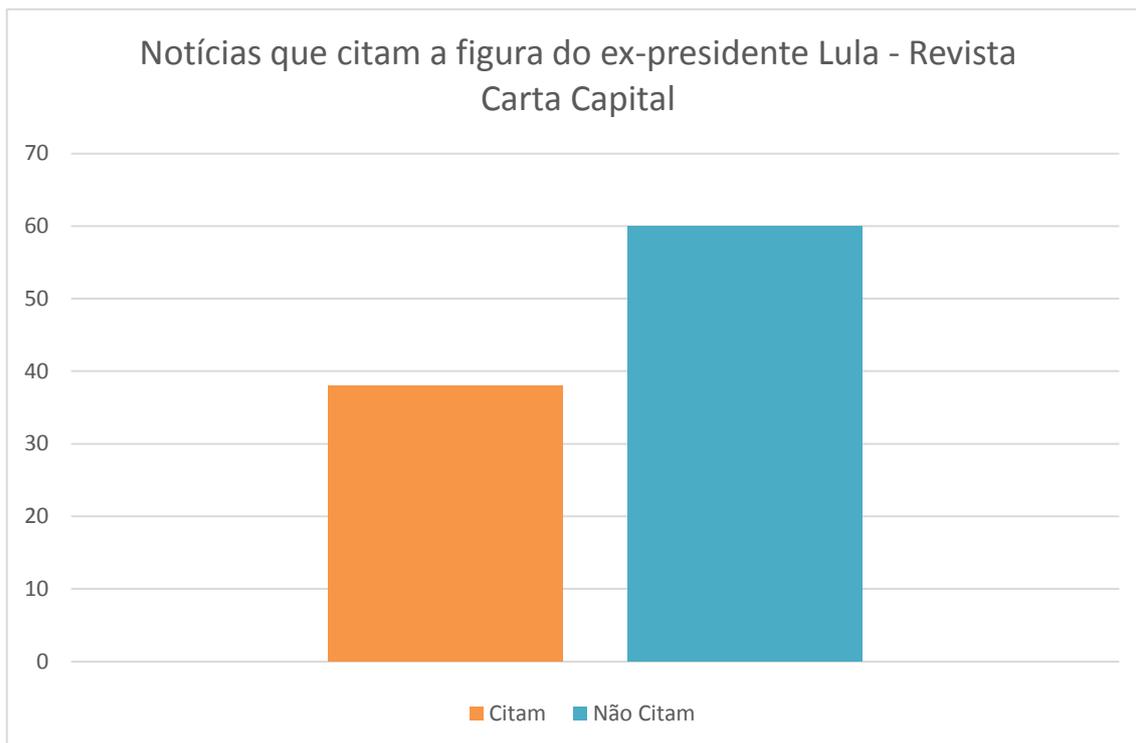


Gráfico 11 - Quantidade de notícias que citam a figura do ex-presidente Lula. Revista Carta Capital. Fonte: Elaboração do autor.

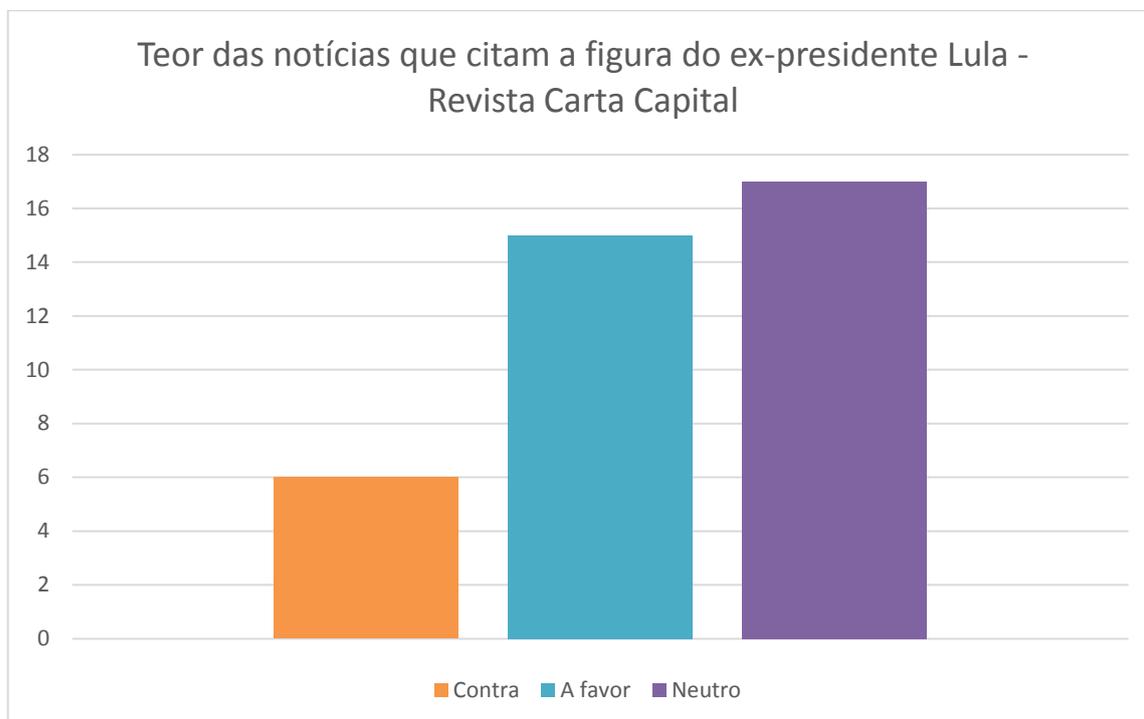


Gráfico 12 - teor das notícias que citam a figura do ex-presidente Lula. Revista Carta Capital. Fonte: Elaboração do autor.

O conteúdo das reportagens se mostrou bem diverso ao longo dos oito anos. Um grupo tratava das relações exteriores do Brasil, seja lidando com um país, seja lidando com grupo de países e ou fóruns e organizações internacionais. O outro grupo de notícias era referente exclusivamente à política externa brasileira, sem comentários sobre acordos ou interações entre o Brasil e outro ator internacional. Dentro dessa categoria, na análise da Carta Capital, 33 artigos foram encontrados<sup>10</sup>. As outras 74 notícias se referem às relações específicas com países (bilaterais); a maior parte dessas reportagens são referentes aos EUA (13 reportagens), vindo em segundo lugar a Venezuela (6<sup>11</sup>) e a China (6) empatados; Itália segue em terceiro (com 5 reportagens), Bolívia em quarto (com 4 artigos) e Colômbia (com 2). As relações entre Brasil e França, Brasil e Japão, Brasil e Equador, Brasil e Vietnam são representados por um artigo para cada par. Relações com mais de um país são representados por reportagens sobre os países emergentes (4), com o G20 (3 reportagens) e BRICS (1 reportagem). A relação do Brasil com regiões são representadas na Revista Carta Capital, através de 2 artigos referentes à América Latina, 2 em relação ao Oriente Médio. Sobre a atuação brasileira em organizações e fóruns internacionais foram encontradas 7 reportagens referentes às atividades no FMI, 3 referentes ao Mercosul, 3 referentes à ONU, 4 referentes à Rodada de Doha; Davos, ALCA, OEA, União Europeia e OMC são outras organizações e fóruns internacionais que são citados cada um uma vez ao longo dos oito anos.

Sobre a análise do perfil dos jornalistas que escreveram na Carta Capital, apenas 26 delas não contavam com o nome dos autores<sup>12</sup>. As demais foram escritas por 31 jornalistas diferentes, umas com uma única autoria, outras com colaborações. O termo jornalista é utilizado de forma ampla não implicando necessariamente o tipo de formação de cada um dos autores pois, como se pode perceber com a análise dos seus perfis, suas formações acadêmicas são variadas, pertencendo aos mais variados campos do conhecimento, como economia, ciência política, sociologia etc. Os que mais escreveram foram Antônio Luiz M. C. Costa, 16 artigos, Marcia Pinheiro, 10, e Luiz Alberto Weber, 8. Seguem Flavia Pardini, Luiz Gonzaga Belluzo e André Siqueira, cada um escreveu sete artigos nesse período. Amália Safatle escreveu 5, Jose Luís Fiori escreveu 4, Bob

---

<sup>10</sup> Das 21 notícias sem acesso, não foi possível determinar seu conteúdo em 8.

<sup>11</sup> Um dessas reportagens citou as relações entre Brasil – Venezuela, mas fez um contraponto com a relação de ambos os países com os EUA.

<sup>12</sup> Destas, 21 são as reportagens em que o acesso está indisponível.

Fernandes, Paula Pacheco e Ricardo Carneiro escreveram 3 artigos cada. Sergio Lira, Alexandre Barbosa, Giancarlo Summa e Paolo Manzo escreveram 2 artigos cada. Walter Faganiello Maierovitch, Rodrigo Martins, Leandro Fortes, Maria Helena Tachinardi, Phydia de Athayde, Cynara Menezes, Lamia Oualalou, Elisa Byington, André Martins Biancarelli, Juliana Almeida, Antônio Carlos Macedo e Silva, Severino Cabral, Jeffrey W. Rubin, André Luiz Barros, Adriana Wilner e Kenneth Serbin escreveram 1 artigo cada durante o período de 2003 a 2008 pela Carta Capital.

Os repórteres do sexo masculino são maioria. As áreas de formação dessa equipe são diversificadas, sendo a maioria formada em jornalismo ou economia, e alguns outros em áreas relacionadas com ciências sociais e história. Não se verificou a formação no campo das Relações Internacionais. Além disso, foi possível confirmar vivência internacional na maioria dos jornalistas até o período do final do mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (seja estudando ou trabalhando em outros países); mais do que isso alguns dos autores têm dupla nacionalidade ou são estrangeiros que trabalham como correspondentes especiais.

Um último ponto importante sobre as reportagens é que algumas foram feitas baseadas em estudos da Unicamp. Outras fontes da Carta Capital foram: Clóvis Brigagão (cientista político), Luiz Roberto Muniz Bandeira (historiador), Claudio Gonçalves Couto (professor PUC), Demétrio Magnoli (USP), Alan Meltezer (economista), Ricardo Carneiro (Economia - Unicamp), João Rabello de Castro (economista), Flavio Sombra Saraiva, Fernando Abrucio, Deepak Nyayar (economista indiano), Carlos Langoni (ex-presidente do Banco Central), Di Santos (chanceler italiano), Lena Lavinias (Economia - UFRJ), Carlos Aguiar de Medeiros (Economia - UFRJ), Lucillo Rogerio Aparecido (Economia - USP), Pascoal Lamy (diretor geral da OMC), Aloisio Campelo (FGV). Como apontado anteriormente, não se pretende aprofundar na relação entre fontes e a reportagem, pretende-se apenas exemplificar as fontes escolhidas na revista Carta Capital.

### **3.3 Comparação**

Esses fatores (principal tema das notícias; teor positivo, negativo ou neutro; menção ao nome de líderes políticos; assunto e relações sobre as quais as notícias tratam) foram baseados no trabalho supracitado de Cohen (1967), no qual ele também aborda o papel da mídia e a relação com política externa, analisando dados referentes à comunicação de massa americana. Assim como o autor, a conclusão é que o espaço reservado às notícias

de política externa ocupam uma proporção bem pequena se analisado o total de notícias tanto na Veja quanto na Carta Capital, no período estudado. Ambas as revistas têm tiragem semanal, mas são disponibilizadas em dias diferentes e possuem edições especiais e com temas específicos. Tais fatores podem afetar na quantidade final de edições: a Veja teve um total de 414 edições e a revista Carta Capital, 406 edições. Na Veja foram encontrados 105 artigos referentes à política externa brasileira, e na Carta Capital foram 115 artigos. Na Veja o período com a maior quantidade de artigos foi nos primeiros meses do governo, em 2003, depois em 2005 e, finalmente, em 2010. A Carta Capital seguiu o mesmo padrão: o período com a maior quantidade de artigos foi nos primeiros anos do governo, início de 2003 e meados de 2004 até meados de 2005, mas ao contrário do que aconteceu em 2010 com a Veja, na Carta Capital esse período (mais especificamente fim de 2009 e início de 2010) foi um período de pouca ou nenhuma publicação.

Uma outra diferença importante entre os dois semanários é o fato de Carta Capital ter edições que se tornaram quase exclusivas para discutir política externa. Veja possui algumas edições com sessões especiais, mas se comparadas essas edições em que existe um foco maior na discussão sobre a política externa brasileira, nota-se que Carta Capital busca aprofundar, abordando mais temas e perspectivas. Esta publicação busca explicar e abordar a formulação da política externa brasileira - por isso, ao invés de encaixar todas as notícias de Carta Capital como diplomacia, foi-se criada categoria referente apenas à formulação e idealização da política externa, mas sem necessariamente haver uma relação entre o Brasil e outros parceiros. Esse é o motivo pelo qual existem picos na quantidade de artigos publicados, por exemplo, maio de 2006 e outubro de 2008, como se nota no gráfico 13.

Percebe-se, como comentado, que Carta Capital possui picos de produção de artigos, com quantidades bem maiores do que a Veja que teve o seu período com a menor quantidade de artigos em 2006. De modo geral, a Veja é marcada pela inconstância na publicação de artigos dessa natureza e pelo tom de incredulidade, na política externa que estava sendo planejada e executada. Carta Capital apresentou tom mais neutro, mesmo que seja possível notar favoritismo em alguns momentos. Também é possível notar maior constância na publicação de artigos que tangem o tema da política externa, no sentido de não haver sequência de meses com nenhuma publicação, porém não é constante na quantidade dos artigos que variam entre 1 a 4.

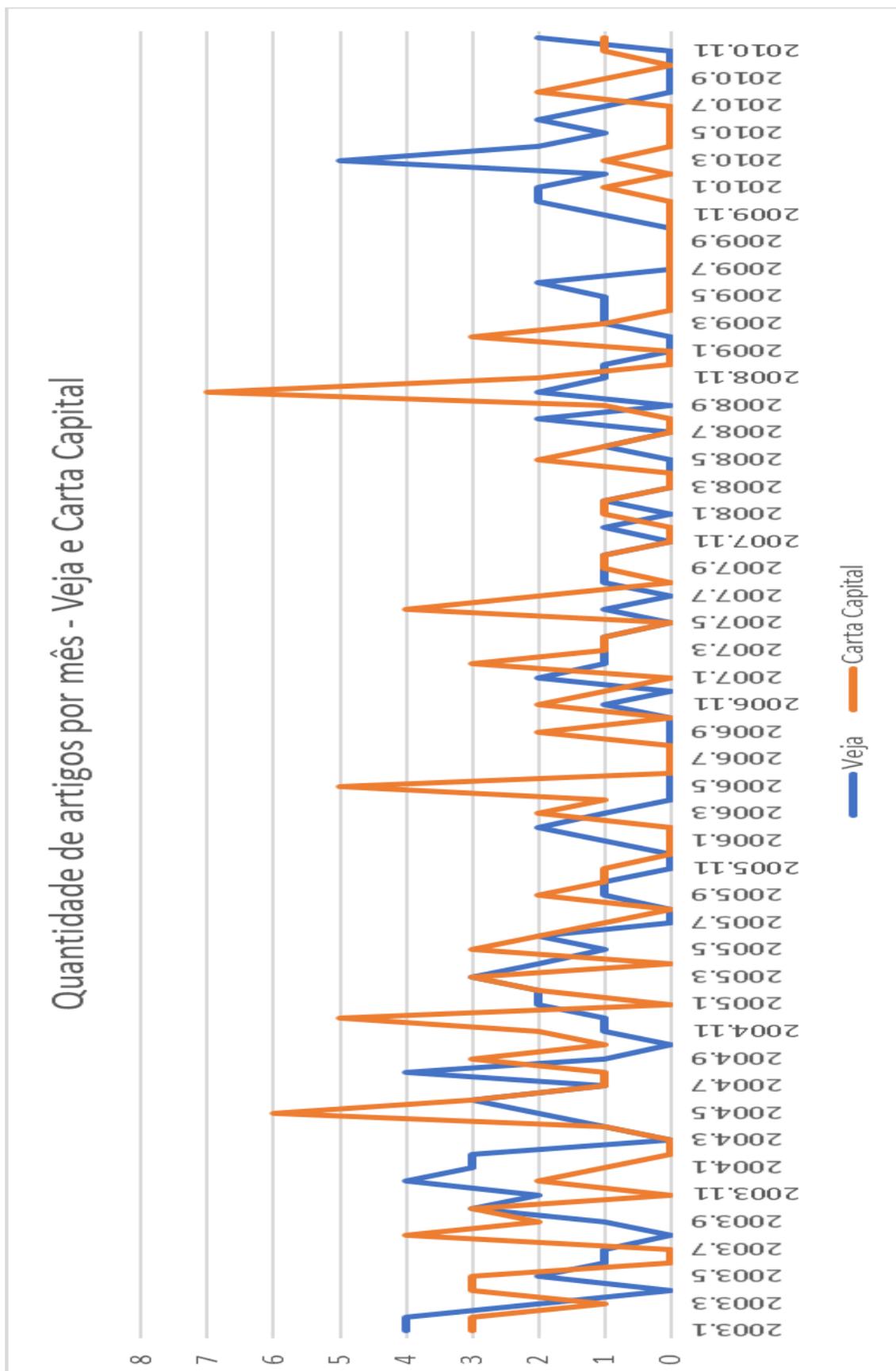


Gráfico 13 - quantidade de artigos por mês nas Revistas Veja e Carta Capital entre 2003-2010.

Fonte: Elaboração do autor.

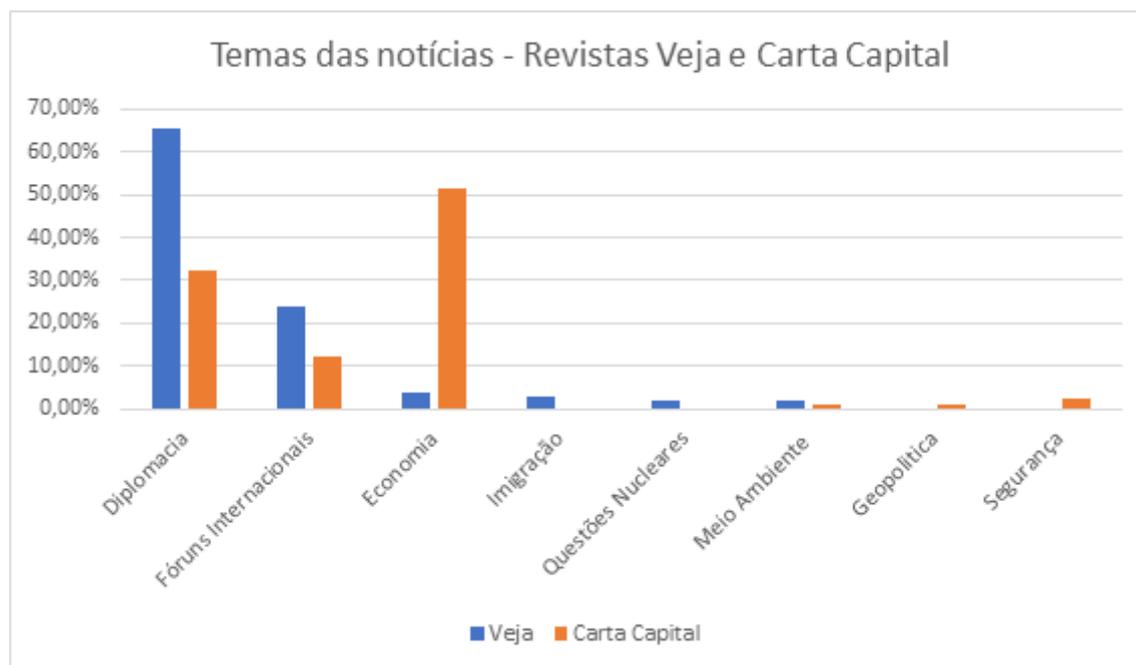


Gráfico 14 - Temas das notícias nas revistas Veja e Carta Capital. Fonte: Elaboração do autor.

Quanto ao tema principal (GRÁFICO 14), Veja publicou sobre a diplomacia, citando ações de diplomatas, do Itamaraty e, principalmente, do ex-presidente e suas viagens (representando 65,7% do total de reportagens sobre a política externa brasileira durante os oito anos de governo Lula). O segundo assunto foi sobre a atuação da diplomacia brasileira em fóruns internacionais (representando 23,8% do total das reportagens da Veja). Ao contrário, o tema principal nas reportagens da revista Carta Capital foi sobre economia (cerca de 51,3% do total das reportagens da revista durante os oito anos) e o segundo tema foi a diplomacia (32,7% do total das notícias). De certa forma seus focos foram diferentes, enquanto a primeira privilegiava em diplomacia a segunda o fez em economia. Veja reportou de forma insistente as viagens do ex-presidente ao longo dos anos; já Carta optou por abordar as relações econômicas, principalmente com os EUA, nos anos anteriores e no próprio ano da crise de 2008.

Tem-se com esses dados que além do fato de a política externa não ser um assunto tratado de forma constante pelas revistas aqui estudadas, quando esse assunto é abordado apenas alguns temas dentro do espectro “política externa” são vistos. De acordo com o estudo de Cohen, os temas que mais aparecem são segurança e política (diplomacia). No caso brasileiro pode-se afirmar que devido ao histórico do país de buscar políticas pacifistas e que apoiem a soberania nacional, o assunto principal não seria a segurança, mas economia. Vale sumarizar então que Veja privilegia em sua abordagem a diplomacia, e Carta Capital a economia.

Quanto à categorização sobre teor neutro, positivo ou contrário das reportagens (GRÁFICO 15), Carta Capital apresenta maioria de notícias de caráter neutro (60%), seguidas de notícias negativas (24,3%) e positivas (15,7%). Veja publicou em sua maioria notícias contrárias ou negativas (43,8%), foca as viagens do ex-presidente. As notícias consideradas neutras representam (32,3%) e positivas (23,8%).

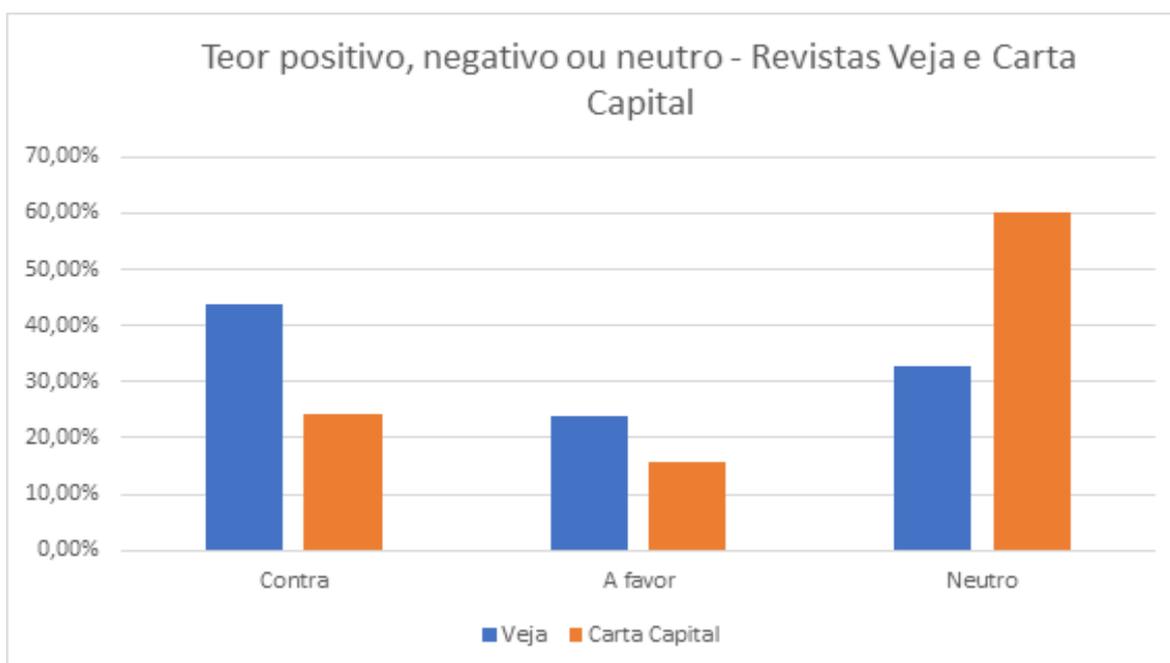


Gráfico 15 - Teor das notícias nas revistas Veja e Carta Capital. Fonte: Elaboração do autor.

Dois pontos devem ser destacados dessa comparação: primeiro ambas as revistas tiveram pouca quantidade de artigos “positivos”, o que pode não ter sido uma surpresa tendo-se conhecimento da posição editorial de Veja, mas surpreende no caso de Carta Capital que é considerada representante da esquerda brasileira. Os dados demonstram que Carta não seria imagem oposta de Veja, mas demonstra política editorial mais complexa ao tratar do tema da política exterior do Brasil. Assim, a partir de suposições simplistas de que as duas seriam antípodas, as diferenças seriam facilmente abafadas dos debates que ocorrem na imprensa brasileira neste segmento. Outro ponto a ser ressaltado seria a divergência entre a quantidade de artigos “negativos” e “neutros”, contidos abaixo, como se destaca na tabela abaixo. Em Veja os comentários negativos se relacionaram principalmente às ações diplomáticas do governo enquanto na Carta o foco dos comentários negativos foi devido ao contato com os EUA, principalmente no que tange à temática econômica.

Quanto a citações ao ex-presidente (GRÁFICO 16), elas ocorreram mais na Veja do que na Carta Capital, 70 reportagens (ou 66,6% do total de reportagens sobre política externa brasileira da revista Veja durante os oito anos) contra 38 (ou 33,04% do total das reportagens na Carta Capital. Veja apresenta Lula da Silva como o expoente na formulação e execução da política externa, sendo a ele creditado os feitos da política exterior no Brasil. Carta Capital entende a formulação e execução da política externa brasileira como liderada por um grupo, do qual o ex-presidente faz parte, mas inclui também ministros e diplomatas.

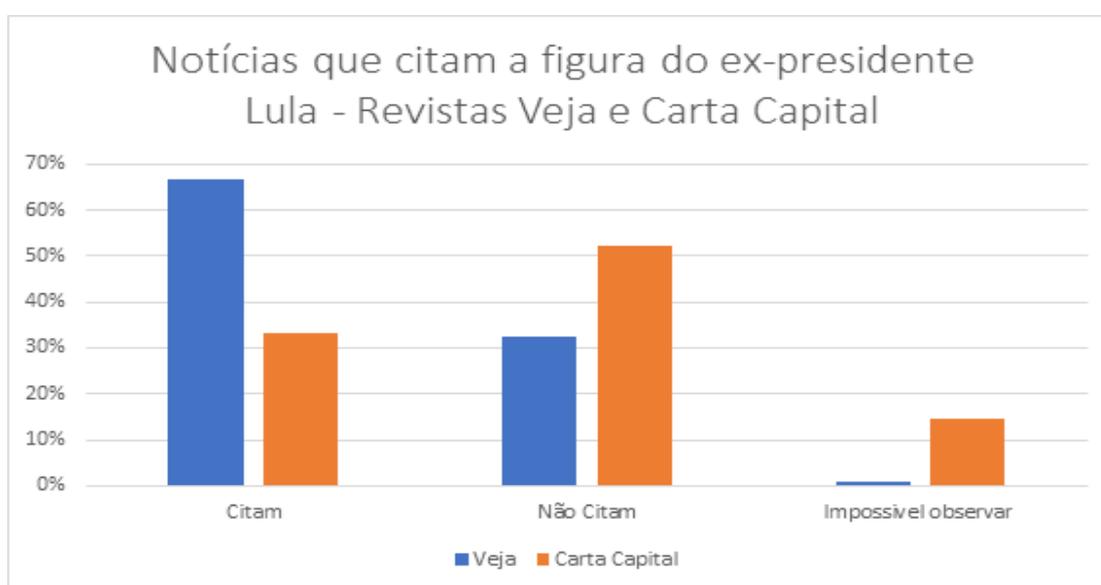


Gráfico 16 - quantidade de notícias que citam a figura do ex-presidente Lula nas revistas Veja e Carta Capital. Fonte: Elaboração do autor.

Das notícias que citam o ex-presidente em Veja, 41 são negativas (58,5%), 20 positivas (28,5%) e 9 neutras (12,8%). Em Carta Capital 6 são negativas (15,7%), 15 positivas (39,4%) e 17 neutras (44,7%), de acordo com o gráfico 17. Quando se analisa o subconjunto das notícias que citam a figura presidencial percebe-se que Veja possui mais notícias contra a atuação presidencial, enquanto em Carta predominam notícias neutras.

Com essas categorias é possível perceber o que Cohen chamou de “standartization”, ou seja, o fato de os meios de comunicação moldarem a notícia da forma que preferirem e assim alterarem o impacto da mesma sobre a população, também é real no Brasil. A maneira como ambas as revistas expressaram as notícias e principalmente os contextos em que representaram a figura do ex-presidente, pode alterar o impacto e atrair de modo diferente a atenção da população sobre o assunto. Volta-se à dificuldade de

analisar os meios de comunicação como isentos, tendo em vista sua atuação dentro da sociedade veiculando as informações de acordo com suas ideologias. Percebe-se também o modelo elitista tendo predominância sobre o modelo pluralista, partindo do pressuposto de que as duas revistas são comandadas por elites dos meios de comunicação que possuem ligação com a elite política do país.

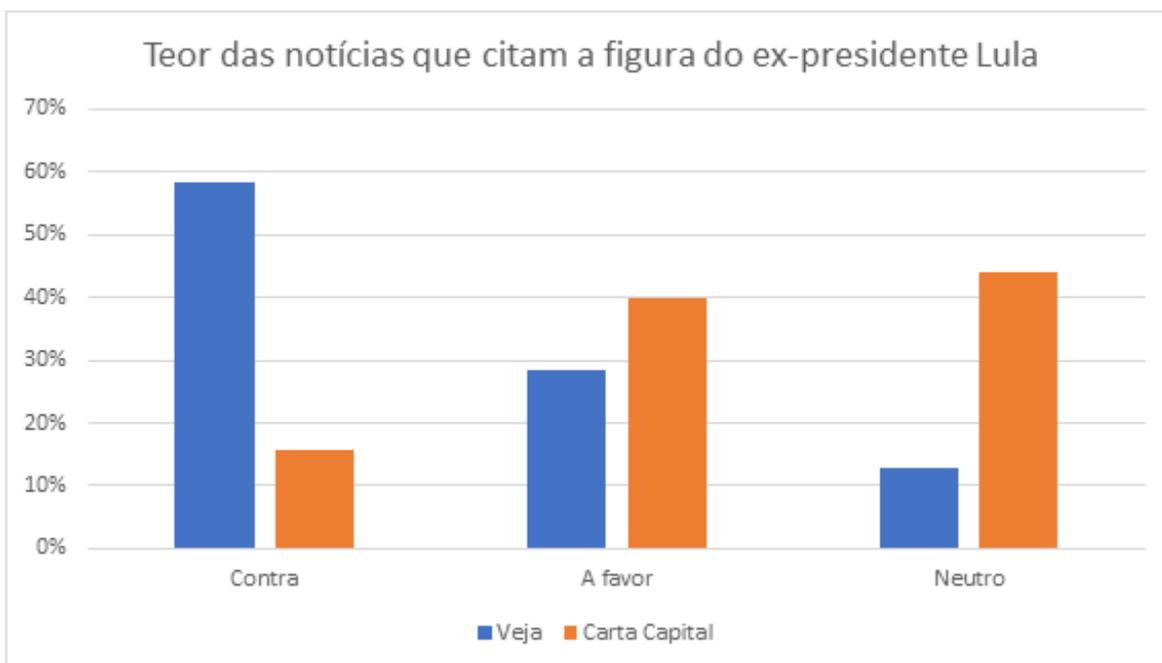


Gráfico 17 - teor das notícias que citam a figura do ex-presidente Lula nas revistas Veja e Carta Capital. Fonte: Elaboração do autor.

Quanto aos assuntos tratados nos artigos, eles foram os mais diversos possíveis dentro do escopo da política externa brasileira, sejam referentes a relações bilaterais, multilaterais, fóruns e organizações internacionais nas duas revistas; ainda assim foi possível a análise de alguns aspectos midiáticos que podem auxiliar futuras pesquisas. Das reportagens que são referentes exclusivamente à política externa brasileira, sem comentários sobre acordos ou interações entre o Brasil e outro ator internacional, se encaixam nessa categoria 32 (ou 30,47% do total das 105 reportagens) da Revista Veja e 33 (ou 28,69% do total de 115) da revista Carta Capital.

Nas tabelas abaixo é possível comparar os assuntos abordados pelas duas revistas, ao longo dos oito anos de governo Lula, de acordo com as relações multilaterais (GRÁFICO 18), fóruns internacionais (GRÁFICO 19) e as relações bilaterais (GRÁFICO 20). Dessa comparação tem-se que a Veja focou mais nas relações multilaterais do que a Carta Capital, sendo o assunto principal da primeira: as relações com os países emergentes,

cooperação sul-sul, relações com o Oriente Médio e relações na América do Sul. O contrário ocorre quando se trata dos fóruns internacionais - a Carta Capital publicou mais em números totais e em porcentagem do que a Veja. A Carta abordou além da OMC, Mercosul, ALCA, ONU, FMI - todos também tratados pela Veja durante o período - a Rodada Doha, OEA e o encontro de Davos. Sobre esse assunto também é relevante apontar que, enquanto a Veja focou em acontecimentos relacionados à OMC, a Carta focou no FMI.

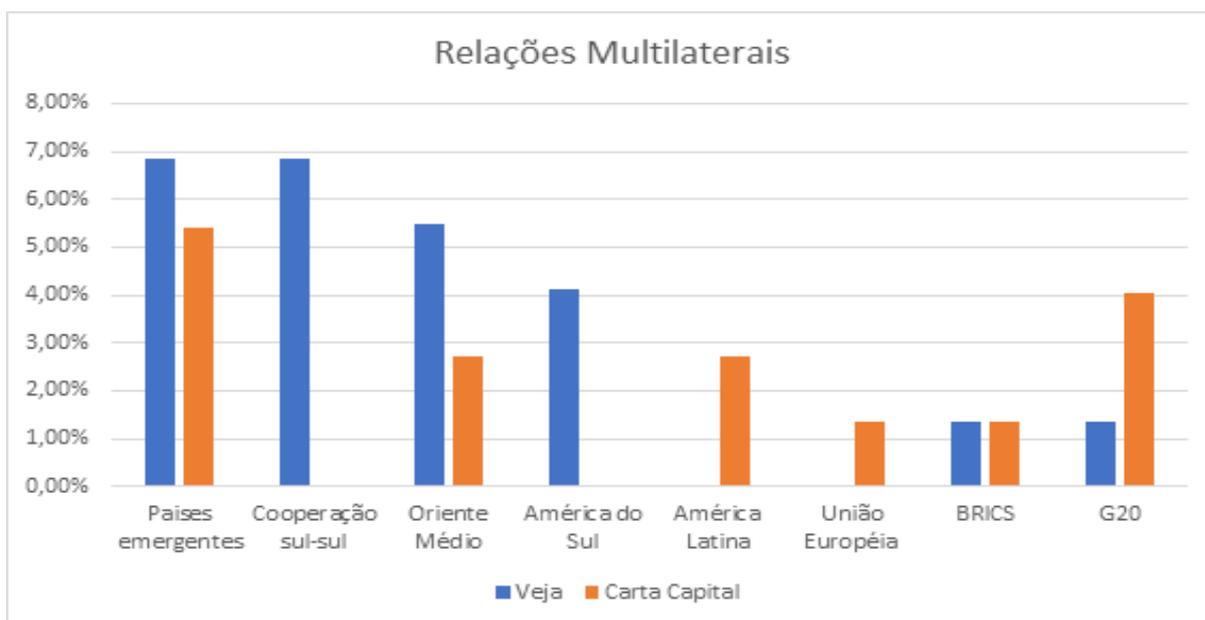


Gráfico 18 - foco dos artigos quanto ao tema das relações multilaterais envolvendo o Brasil nas revistas Veja e Carta Capital. Fonte: Elaboração do autor.

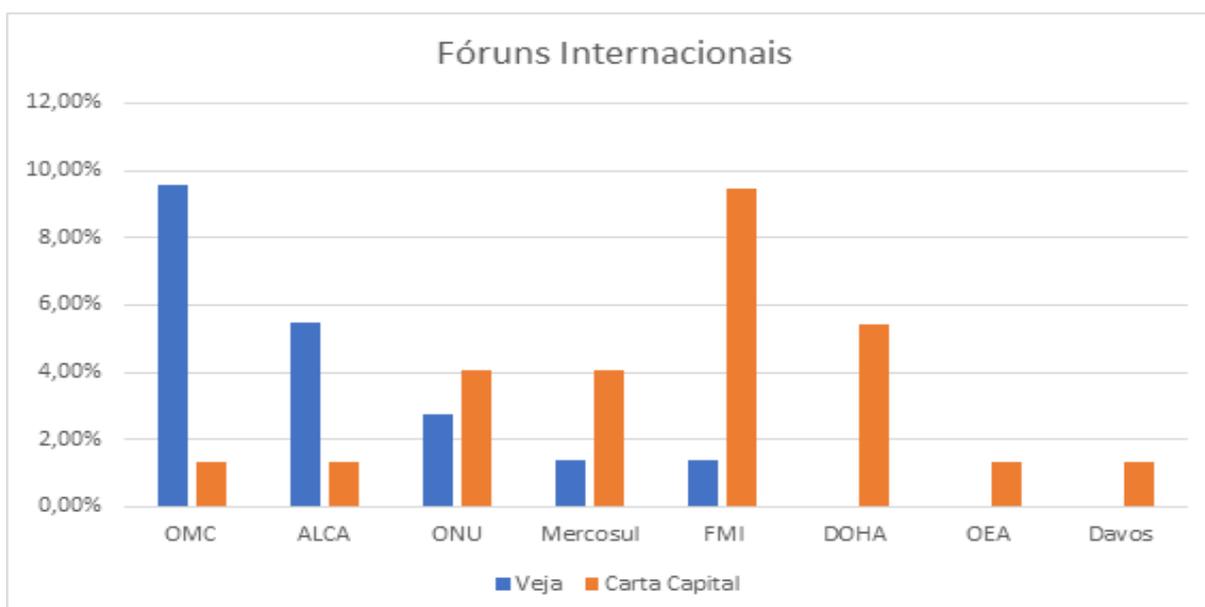


Gráfico 19 - foco dos artigos quanto ao tema da atuação brasileira em fóruns internacionais nas revistas Veja e Carta Capital. Fonte: Elaboração do autor.

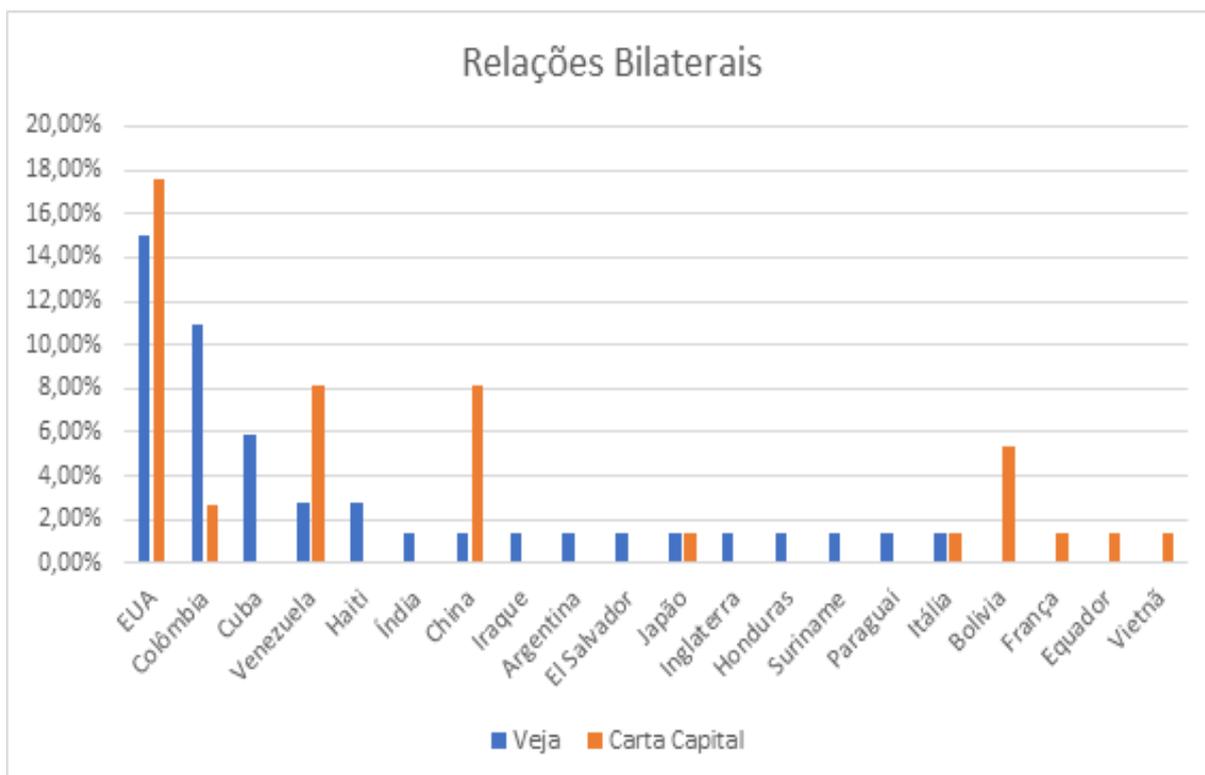


Gráfico 20 - foco dos artigos quanto ao tema das relações bilaterais do Brasil nas revistas Veja e Carta Capital. Fonte: Elaboração do autor.

Sobre as relações bilaterais é interessante notar que a Veja parece optar por discutir as relações internacionais do Brasil por esta via: focando em um país específico. Por isso, ao contrário da Carta Capital, a quantidade de artigos que abordam as relações bilaterais é bem maior, citando bem mais países, de forma individual, do que a Carta. Também é relevante o fato de que, mesmo a Carta não optando por notícias que abordassem mais relações bilaterais do que os outros modelos de relações categorizados aqui, ambas as revistas tiveram o maior número de suas publicações focadas nas relações entre Brasil e Estados Unidos. Através de outros pontos ressaltados ao longo deste trabalho, também é possível afirmar que as notícias da Carta apresentaram teor econômico e negativo; já as da Veja foram positivas e focadas na diplomacia. Além disso, tendo em vista a preferência da Carta Capital em discutir as relações exteriores brasileiras nos fóruns, quando optou por notícias tratando de relações bilaterais os países mais citados, além dos EUA foram: China, Venezuela e Bolívia.

Assim como visto no trabalho de Cohen sobre os EUA, não há mercado expressivo para consumir as notícias referentes ao tema da política externa. Na verdade, uma pequena parcela da população brasileira consome as revistas, como discutido acima, e essa parcela

concentra os grupos A e B, que normalmente têm um perfil específico: possuem diploma de ensino superior, mesmo que sigam acadêmicas diferentes de acordo com a revista. No caso dos jornalistas, foram 42 na Veja e 31 na Carta Capital ao longo de oito anos; não se tem a quantidade exata por ano, mas, se feita uma média da quantidade total de jornalistas em relação aos anos, foram 5 jornalistas por ano na Veja e 4 na Carta Capital. Pode parecer muito, mas quando se pesa todo o escopo de temas que podem ser tratados dentro de política externa não é; pode ser suficiente para tratar dos assuntos principais: economia, diplomacia e segurança. Com um número não tão expressivo, percebe-se que a pluralidade de opiniões é dificultada, o que pode acarretar que as preferências dos correspondentes e editores influenciem a maneira como a notícia é exposta e até mesmo qual notícia será divulgada.

Além disso, a distribuição geográfica dos mesmos, ou seja, nem todas as partes do globo recebem igual atenção pela mídia. No caso da Veja todos os jornalistas tinham sua residência no Brasil; na Carta Capital, a situação já era um pouco diferente: existiam correspondentes que residiam em outros países, como Jeffrey W. Rubin (americano), Paolo Manzo e Walter Fagnello Maierovitch (italianos).

## Conclusão

Na era da informação, a evolução tecnológica causa mudanças significativas em todos os segmentos das interações humanas, incluindo as relações internacionais. A mídia possui importante papel dentro da sociedade e ganha mais força com as inovações técnicas, acelerando a transmissão das informações, ao mesmo tempo em que diminui custos, permitindo que grande parcela da população tenha acesso ao seu conteúdo. De acordo com Keohane e Nye (1977), o poder pode se concentrar precisamente nos atores capazes de editar e validar informações, que podem identificar o que é correto e importante em meio ao turbilhão de notícias. Contudo, a academia de Relações Internacionais pouco estuda essa variável tão significativa.

Sobre a verdadeira relação entre a mídia e os Estados, as opiniões tendem a ser as mais diversas: de um lado aqueles que acreditam que a mídia é apenas uma máquina estatal, ou seja, as notícias veiculadas são produtos de uma formulação do governo (versão executiva) ou da elite do país (versão elitista), são esses os defensores da abordagem do “*manufacturing consent*”. De acordo com Herman (2001) essa abordagem não estuda a fundo o papel da mídia e sua influência sob o governo, o que difere de um outro ponto de vista que tende a crer que a mídia possui algum efeito na formulação das políticas, e existem ainda aqueles que veem a mídia como um ator independente que não sofre influências, mas que influencia fortemente o Estado. Percebe-se a complexidade da formulação e do estudo de modelos que relacionem a mídia e as Relações Internacionais: “alguém sugeriu (...) que somente uma teoria no formato de um ‘pretzel’ seria adequada para formular uma teoria de comunicação de massa satisfatoriamente, porque existem muitos fatores interdependentes e interativos que devem ser levados em conta” (SHAW, 1979, p. 104).

Com o intuito de preencher tal lacuna nos estudos sobre mídia e política externa no Brasil e oferecer dados iniciais que possam servir de base para outros estudos sobre o tema, o presente trabalho objetivou ilustrar a diferença no tratamento dado por linhas editoriais distintas à política externa brasileira durante os dois mandatos do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), ou seja, analisar de forma qualitativa e quantitativa as como a temática da Política Externa é abordada pelas revistas VEJA e Carta Capital e transmitida à sociedade. O subcampo de estudos da Análise de Política Externa valoriza os processos internos de decisão e os diversos atores e fatores que podem alterar a formulação da

política, entretanto para tal análise se fazem necessários dados que não se encontravam disponíveis no contexto brasileiro, pois para entender o papel da mídia como um ator no ambiente de tomada de decisão é preciso entender seu papel na sociedade e o que ela está publicando, uma vez que é desse modo que ela molda o ambiente em que os líderes políticos devem tomar a decisão. Partindo da dificuldade de se analisar de forma rígida a causalidade entre as variáveis, não se objetivou entender a relação ou influência entre as mesmas. Entende-se que por ser um ator poderoso e por possuir viés político, os meios de comunicação se encontram perto do centro de decisão.

Um dos resultados da análise é que existe dificuldade da academia de Relações Internacionais em quantificar e qualificar a influência da mídia, como um ator imaterial, na formulação das políticas de Estado, ainda mais quando se trata de decisões de política externa. O presente estudo entende que existem dificuldades analíticas para se caracterizar os meios de comunicação como isentos, pois eles devem ser considerados no contexto de produção e veiculação das informações (HALLIN, 1986; HERMAN E CHOMSKY, 1988). Os meios de comunicação tendem, então, a seguir elites no estabelecimento da agenda e nas abordagens na política exterior, em detrimento de posições mais pluralistas e independentes; atuação dos meios de comunicação dentro da sociedade não costuma ser livre, sem algum tipo de influência do governo, para ele a mídia na verdade atua como um meio de suporte do próprio Estado e de possíveis elites que estejam perto dos focos de poder, comentando assuntos que sejam pertinentes a eles (HERMANN, 1993). Se nota ser esse o caso da *Veja* e da *Carta Capital*, que possuem posições políticas muito difundidas e conhecidas dentro da sociedade brasileira que, supõe-se, são refletidas nos conteúdos de tais semanários. As revistas atuam como “*gatekeepers*” da informação que é passada ao público, ou seja, são os guardiões das informações (HILL, 2003).

Os dados analisados ilustram de que forma esses guardiões brasileiros das informações transmitem as mesmas. Uma das conclusões é que, em relação ao tema principal tratado pelas revistas durante o período de 2003 até 2010, *Veja* publicou sobre a diplomacia, citando ações de diplomatas, do Itamaraty e, principalmente, do ex-presidente e suas viagens (representando 65,7% do total de reportagens sobre a política externa brasileira). Em *Carta Capital* o tema principal foi sobre economia (51,3% do total das reportagens da revista durante os oito anos). Os resultados refletem, em alguma medida os focos dos semanários quando os mesmos foram lançados pela primeira vez – *Veja* com foco em temas políticos, e *Carta Capital* com foco em temas econômicos, pelo menos de

maneira inicial. Além disso, os resultados demonstram que a política externa não é assunto tratado de forma constante pelas revistas. Mesmo quando abordado, são aspectos específicos: no caso brasileiro pode-se afirmar que devido ao histórico do país de buscar políticas pacifistas e que apoiem a soberania nacional, os focos são política e economia.

Quanto à análise sobre teor neutro, positivo ou contrário das reportagens. Carta Capital apresenta maioria de notícias de caráter neutro (60%), seguidas de notícias negativas (24,3%) e positivas (15,7%). Veja publicou em sua maioria notícias contrárias ou negativas (43,8%), foca as viagens do ex-presidente. As notícias consideradas neutras representam (32,3%) e positivas (23,8%). Tais dados demonstram que em um mesmo período de tempo, durante um mesmo governo, as duas revistas expressaram dois pontos de vista divergentes, mas não totalmente opostos, o que suporta a hipótese levantada de que as duas, por possuírem linhas editoriais distintas, tratariam notícias de maneira diferente. É importante salientar, que essa diferença por sua vez também influi no aspecto como as notícias são recebidas pela sociedade.

Daí surge uma outra análise, mais específica, em relação a maneira como as revistas transmitem as informações: as citações ao ex-presidente ocorreram mais na Veja (70 reportagens ou 66,6%) do que na Carta Capital (38 ou 33,04%). Veja apresenta Lula da Silva como o expoente na formulação e execução da política externa, sendo a ele creditado os feitos da política exterior no Brasil. Carta Capital entende a formulação e execução da política externa brasileira como liderada por um grupo, do qual o ex-presidente faz parte, mas inclui também ministros e diplomatas. Essa visão da composição e articulação governamental, e por consequência, dos líderes políticos fica ainda mais clara quando são debatidos os dados sobre o caráter das notícias que citam o ex-presidente: em Veja, 41 são negativas (58,5%), 20 positivas (28,5%) e 9 neutras (12,8%). Em Carta Capital 6 são negativas (15,7%), 15 positivas (39,4%) e 17 neutras (44,7%). Percebe-se que Veja possui mais notícias contra a atuação presidencial, enquanto em Carta predominam notícias neutras. Nesse aspecto, as revistas também se mostram, em certa medida contrárias em suas linhas editoriais, mas não completamente opostas.

Com esses dados se nota o papel relevante dos meios de comunicação ao moldarem a notícia da forma que preferirem e assim alterarem o impacto da mesma sobre a população. A diferença no tratamento das linhas editoriais ao tema da política externa, tem capacidade de alterar significativamente a visão de mundo, e do governo, que a sociedade constrói. Ambas as revistas tendem a expressar de forma explícita a sua posição política,

tem-se que as mesmas publicam na intenção de formar uma agenda política, que tende a acompanhar a agenda de determinados partidos ou elites. Deste modo pode-se estudar a situação da mídia brasileira através da abordagem de elite (Robinson, 2008), o modelo elitista tem predominância sobre o modelo pluralista, partindo do pressuposto de que as duas revistas são comandadas por elites dos meios de comunicação que possuem ligação com a elite política do país, além do mais, com a análise do processo de formação da comunicação de massa no Brasil, fica evidente a presença de conglomerados que comandam quase que 100% da comunicação de massa impedindo a pluralidade.

Outros pontos que devem ser ressaltados, a partir da análise dos dados é Veja tende a discutir as relações internacionais do Brasil focando em um país específico, ou seja, discutindo relações bilaterais. Também é relevante o fato de que, mesmo a Carta não optando por notícias que abordassem mais relações bilaterais do que os outros modelos de relações externas apontados, ambas as revistas tiveram o maior número de suas publicações focadas nas relações entre Brasil e Estados Unidos. Ainda é possível concluir que as notícias de Carta Capital apresentaram teor econômico e negativo; já as da Veja foram positivas e focadas na diplomacia.

Por fim, é relevante apontar o perfil dos jornalistas, que foi apontado de forma breve, assunto que pode ser aprofundado em pesquisas futuras. Escreveram a reportagem, 42 jornalistas na Veja e 31 na Carta Capital ao longo de oito anos; deve-se ressaltar que a formação deles não é exclusivamente jornalismo, estando entre os dois grupos cientistas políticos, sociólogos, economistas etc. Os números não são expressivos, a pluralidade de opiniões é dificultada, o que pode acarretar que as preferências dos correspondentes e editores influenciem a maneira como a notícia é exposta e até mesmo qual notícia será divulgada. O número inexpressivo também dificulta a distribuição geográfica dos mesmos, ou seja, nem todas as partes do globo recebem igual atenção pela mídia, denotando uma marginalidade dos assuntos internacionais nas revistas.

Por mais que existam estudos que relacionem o papel da mídia com o ambiente externo, procurou-se uma análise que estudasse o lugar da mídia na sociedade brasileira e suas relações com o Estado, um estudo que focasse no papel da mídia como “guardião da informação” e por isso a importância de diferenciar o tratamento dado pelas duas revistas às notícias referentes à política externa, pois dentro desse ambiente é que reverberaram as políticas do período e em outras foram formuladas. Tem-se a intenção de oferecer, então, dados para futuras pesquisas que podem seguir até mesmo diferentes linhas de análise.

Esse trabalho não procurou responder qual abordagem, ou ainda qual modelo teórico sobre a comunicação de massa é o certo, principalmente porque essa discussão ainda está em aberto. O que fica evidente com o levantamento bibliográfico é a necessidade de contextualização dos meios de comunicação dentro de cada país e de cada situação. Tendo em mente a estrutura de comunicação do país é possível começar uma análise sobre a real influência (se é que exista, no determinado caso) ou o real papel da mídia dentro da sociedade e mais ainda em relação a formulação de políticas dentro de um governo, sejam elas relacionadas ou não a política externa. Com tais dados a disposições espera-se uma expansão desse tipo de estudo no Brasil.

### **Referências bibliográficas**

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-36, 2017.

ALMOND, Gabriel Abraham. **The American people and foreign policy**. 1950.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006.

BURITY, Caroline Rangel Travassos. **A influência da mídia nas Relações Internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de Diplomacia Midiática**. Contemporânea (Título não-corrente), v. 11, n. 1, 2013.

BURSTEIN, Paul. The impact of public opinion on public policy: A review and an agenda. **Political research quarterly**, v. 56, n. 1, p. 29-40, 2003.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. "Mídia no Brasil: concentração das comunicações e telecomunicações." *Eptic online: revista electronica internacional de economia política da informação, da comunicação e da cultura* 17.3 (2015): 16-28.

Carta Capital Mídia Kit 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/anuncie/media-kit-maio-2018>. Acesso em: 26 de julho de 2018.

Carta Capital Mídia Kit 2016. Disponível em: [https://www.editoraconfianca.com.br/formatos\\_html/assets/midia-kit-cartacapital---2016.pdf](https://www.editoraconfianca.com.br/formatos_html/assets/midia-kit-cartacapital---2016.pdf). Acesso em: 26 de julho de 2018.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. A mídia e a política externa no Brasil de Lula. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 1, n. 2, p. 211-236, 2012.

CASON, J.W. and POWER, T.J., 2009. Presidentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian Foreign Policy making in the Cardoso-Lula Era. *International Political Science Review*, 30(2), pp.117-140.

CASTELLS, Manuell. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. A propaganda model. **Manufacturing Consent: the Political Economy of the Mass Media**. 2d ed. New York: Pantheon Books, p. 1-35, 2002.

COHEN, Bernard C. Mass communication and foreign policy. **Domestic sources of foreign policy**, p. 195-212, 1967.

CONVERSE, Philip E.; SCHUMAN, Howard. " Silent Majorities" and the Vietnam War. **Scientific American**, v. 222, n. 6, p. 17-25, 1970.

GILBOA, Eytan. Diplomacy in the media age: three models of uses and effects. *Diplomacy & Statecraft*, v. 12, n. 2, p. 1-28, 2001.

GILBOA, Eytan. "Global communication and foreign policy." *Journal of communication* 52.4 (2002): 731-748.

HALLIM, D. C.; MANCINI, P. Comparing media systems: three models of media and politics. New York: Cambridge University Press, 2004.

HALLIN DANIEL, C. **The Uncensored War, The Media and Vietnam**. 1986.

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. The manufacture of consent. **New York: Pantheon**, 1988.

HILL, Christopher. The constituencies of foreign policy. IN: **The changing politics of foreign policy**. Palgrave, 2003.

KEOHANE, R.O. and NYE, J.S., 1977. *Power and interdependence* (pp. 8-9).

LAWRENCE, Regina G. **The politics of force: Media and the construction of police brutality**. Univ of California Press, 2000.

LESSA, Mônica; GAVIÃO, Leandro. Política externa, mídia e propaganda nos governos Lula da Silva (2003-2010). In: FREIXO, Adriano de et al. (orgs.). **A política externa brasileira na Era Lula: um balanço**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

MARINUCCI, Raquel Boing. Relações Internacionais e mídia. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 6, n. 1, 2009.

MILLER, Warren E. Voting and foreign policy. In **Domestic Sources of Foreign Policy**, ed. James N. Rosenau, p. 213-30, 1967.

MIGUEL, Luís Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 20, n. 39, p. 191-199, 2000.

NOGUEIRA, Silvia. Reflexões sobre o papel da mídia na construção do nationess: os casos da Telesur e da Al-Jazeera. **Carta Internacional**, v. 7, n. 2, p. 127-148, 2012.

ROBISON, Piers. The role of media and public opinion. In: SMITH; HADFIELD; DUNNE. **Foreign Policy - Theories, actors, cases**. Oxford University Press, USA; 2008.

ROBINSON, Piers. "Theorizing the influence of media on world politics: Models of media influence on foreign policy." *European Journal of Communication* 16, no. 4 (2001): 523-544.

POPINIGIS, Fabiane. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV. Verbetes VEJA. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/carta-capital>. Acesso em: 26 de julho de 2018.

ROTHKOF, David. **Ciberpolitik: the changing nature of power in the Information Age**. Journal of International Affairs, v. 51, 1998.

RADENOVIC, Milan Rados. Opinião Pública Mundial: Formar ou Manipular. **Revista PRISMA. COM**, n. 2, 2010.

Reuters Institute. Urban Brazil. Disponível em: <<http://www.digitalnewsreport.org/survey/2017/brazil-2017/>>. Acesso em: 6 de abril de 2018.

SHAW, E. F. (1979). Agenda-setting and mass communication theory. *Gazette (Leiden, Netherlands)*, 25(2), 96-105.

STRAUBHAAR, Joseph; LAROSE, Robert; DAVENPORT, Lucinda. **Media now: Understanding media, culture, and technology**. Cengage Learning, 2013.

SOROKA, Stuart N. Media, public opinion, and foreign policy. **Harvard International Journal of Press/Politics**, v. 8, n. 1, p. 27-48, 2003.

Veja Midia Kit 2018. Disponível em: [http://publiabril.abril.com.br/midia\\_kits?brand=Veja](http://publiabril.abril.com.br/midia_kits?brand=Veja). Acesso em: 26 de julho de 2018.

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves; KUSHNIR, Beatriz. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV. Verbete VEJA. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/veja>. Acesso em: 26 de julho de 2018.

WENDZEL, Robert L. **Relações internacionais**. Universidade de Brasília, 1985.